

EDUCAÇÃO PÁGS. 26 a 27

Educação Sexual: O papel da inclusão no currículo escolar desde as Séries Iniciais

Educação Sexual não é ensinar crianças a fazer sexo, como as notícias falsas nas redes sociais acabam veiculando. A Educação Sexual que o senso comum tanto teme é, na verdade, uma das formas mais eficazes de enfrentamento dos alarmantes indicadores de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, alertam Especialistas.

FOTO: [HTTPS://AGENCIAAIDS.COM.BR/](https://agenciaaids.com.br/)



POLITICA

PÁGINA 04 E 05

Riacho de Santana: Decisão Judicial determina que Prefeitura retome os Contratos da Empresa acusada de ser “fantasma” por ex-sindicalista e vereadores

POLITICA

PÁGINA 16 E 17

FOTO: DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO WZ



Pré-candidatura da ex-vereadora Mônica Ferraz ganha força para disputa da Prefeitura de Tremedal

POLITICA

PÁG. 03



Prefeito de Itororó reage a denúncia de gastos excessivos de combustível na gestão municipal

POLÍTICA

PÁG. 11

FOTO: DIVULGAÇÃO



Livramento de Nossa Senhora: Adversários históricos se unem para disputa da sucessão municipal

A percepção da sociedade sobre a proposta de criminalização do aborto que tramita na Câmara Federal

SAÚDE PÚBLICA

PÁG. 28 a 31

◆ EDITORIAL

LIBERALIZAÇÃO DA MACONHA: A MONTANHA PARIU UM RATO

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

A montanha pariu um rato. A frase é atribuída ao poeta romano Horácio, mas sua popularidade deve-se a uma fábula do grego Esopo, O Parto da Montanha, na qual relata que a montanha próxima a sua cidade começou a emitir um barulho assustador, que despertou a curiosidade e o pavor da população. Entre as muitas ilações, a de que a montanha teria um filho ganhou repercussão, atraindo, inclusive, pessoas de outras cidades até longínquas para ver o que ia nascer da montanha.

Como sempre, nesses casos, não só os mentecaptos, mas também os que se julgam sabidos, passaram a dar palpites. Houve até mesmo que dissesse que o mundo iria acabar. Os dias, semanas e meses foram passando e o barulho aumentando cada vez mais.

Um belo dia o barulho foi fortíssimo, a montanha tremeu e depois rachou com um estrondo de aterrador. As pessoas, quando recuperam do susto, viram sair do meio do pó, um rato.

Do episódio ficou a lição, nem sempre as promessas magníficas dão resultados impressionantes, que algo que parece ou parecia ser grande, relevante ou alvissareiro, não raramente revela-se pequeno, insignificante ou fracassado.

Essa reflexão vem a propósito das expectativas e dos supostos benefícios que poderiam sobrevir da decisão do Supremo Tribunal Federal, depois de 13 anos tramitando na Corte, considerando constitucional o Artigo 28 da Lei Federal 11.343/2006 (Lei Antidrogas), descriminalizando o porte de maconha para uso pessoal.

Se por um lado, havia a expectativa, que equivocadamente tem sido alardeada por setores que se autointitulam conservadores, que o porte de maconha seria liberado. Na verdade, o que a Suprema Corte decidiu e está valendo é que a pessoa flagrada portando até 40 gramas de maconha ou até seis plantas fêmeas de cannabis sativa será considerada usuária e não vai ser presa.

No entanto, paradoxalmente, a normativa prevê que é conduta ilícita portar drogas para consumo próprio, embora seja considerada uma infração menos grave, não prevendo pena de detenção ou reclusão, mas medidas socioeducativas, cabendo, segundo interpretação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, aos Policiais e Juízes decidirem se a pessoa está utilizando ou traficando entorpecentes.

A decisão da Corte Suprema, resta evidente, contrariou as expectativas dos mentecaptos e dos sabidos, deixando tudo mais ou menos como era antes, uma vez que, a realidade mostra isso, um branco portando 40 gramas ou mais, até porque não haverá uma balança com cada policial que o abordar, naturalmente será considerado usuário e deverá, na pior das hipóteses, ser condenado a distribuir uma meia dúzia de cestas básicas. Já o negro, ainda que com uma quantidade menor, invariavelmente será acusado de ter fracionado a droga para enganar a Polícia e continuar traficando.

Mas, considerando apenas a decisão do Supremo Tribunal Federal, deixando as conjecturas que se confundem com a realidade de lado, é importante lembrar que a liberalização ou a liberação de uma substância como a maconha também traz consigo uma série de desafios e consequências que precisam ser cuidadosamente considerados.

É necessário pensar nos impactos que a liberalização, que será confundida, como já tem sido, com a legalização, do porte da maconha pode ter na Saúde Pública, especialmente em relação ao aumento do consumo da droga entre jovens e adolescentes. Estudos mostram que o uso frequente de maconha pode causar uma série de problemas de Saúde, como Distúrbios Mentais, Dependência Química e dificuldades de aprendizagem.

Esses impactos negativos que não devem ser afastados, antes observados com responsabilidade, desmonta a tese, defendida por algumas pessoas, de diferentes segmentos da sociedade, de que a medida poderia trazer grandes benefícios sociais, econômicos e de Saúde Pública.

A realidade, contudo, já tem mostrado que os impactos da liberalização ou legalização, da maconha não serão tão significativos, especificamente nesse primeiro momento, é verdade, quanto se esperava, resultando em uma situação em que a promessa de grandes mudanças já dá claros sinais de que será desapontadora.

Assim, não é nenhum absurdo recorrer a fábula de Esopo e usar a expressão “a montanha pariu um rato” para descrever a tão controversa decisão da Suprema Corte, que onze anos depois produziu um resultado que não só não promove mudanças efetivas nas ineficazes, intolerantes e letais políticas de Segurança Pública vigente, que sob o pretexto de promover uma “guerra às drogas”, ignorando veladamente as injustiças cometidas pelos agentes que deveriam estar nas ruas para cumprir o princípio legal da igualdade, como sistematicamente acontece, como fomenta as injustiças e privilegia o preconceito, como reforçam no dia a dia as imagens feitas em diferentes cidades do país, pequenos municípios do interior ou grandes metrópoles, indistintamente, por cidadãos anônimos, retratando a truculência excludente das ações policiais.

A decisão da Suprema Corte, por conseguinte, como a montanha que pariu um rato, embora tenha sido muito procrastinada e aguardada, não representou o avanço que alguns esperavam, muito menos o retrocesso que os outros previam.

Em síntese, a liberalização do porte da maconha serviu apenas para aprofundar o debate ideológico e moral que serve mote para o recrudescimento da desagregação social. Assim como antes, depois dela, brancos continuarão sendo tratados de forma complacente, como usuários que precisam de acolhimento, e pretos inexoravelmente perseguidos, como traficantes que devem ser exterminados.

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> todos as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação “.jornaldosudoeste.com”, são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE – JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na Praça Capitão Francisco de Souza Meira, Sl 04 e 05, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-155 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

Conselho Editorial
 Antônio Luiz da Silva
 Antônio Novais Torres
 Leonardo Santos

Editor Executivo/Diretor de Redação
 Antônio Luiz da Silva
 (77) 99838-6283
 (77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

Editora Executiva Adjunta
 Gabriela Oliveira de Jesus
 (77) 98816-6680
gabriellaoliveira2125@gmail.com

Reportagem
 Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Gabriela Costa Matias
 (77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Hemilly Lorrane Dias Silva - (77) 99702176
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Arte, Fotografia e Diagramação
 Evandro Maciel Miranda Miguel
 (77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Laila Tainar Alves Costa Farias
 (77) 99843-1603
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Departamento Financeiro
 Maria Augusta dos Santos e Silva
 (77) 99838-6265
augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

Comercial – Atendimento ao Cliente
 Maíra Bernardes Pinto
 (77) 3441-7081
 (77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação
 (77) 99872-5389
E-mail:
redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

Contato direto – Sugestão de Pautas
 (77) 99838-62-83
 (77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
gabriellaoliveira2125@gmail.com

Representantes Comerciais Comercial
 Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
 Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
 Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Redes Sociais:
 Portal de Notícias: www.jornaldosudoeste.com
 Whatsapp: (77) 99872-5389
 facebook: @jornaldosudoestebahia
 instagram: jornaldosudoeste
 X: jsudoestebahia
 YouTube: @JornaldoSudoestecanaljs

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

Prefeito de Itororó reage a denúncia de gastos excessivos de combustível na gestão municipal

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O prefeito de Itororó, Paulo Carneiro Rios (Progressistas) se mostrou surpreso e indignado com a denúncia de que estaria havendo uma “farra dos combustíveis” na Administração Municipal, apontada na tribuna da Câmara Municipal pelo vereador oposicionista Walter Batista Marques (UB). Em entrevista exclusiva ao JS, por telefone, reforçando seu compromisso inegociável com o respeito aos Princípios da Administração Pública, especificamente os da Legalidade, Moralidade e Impessoalidade, o gestor ressaltou que a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos não são apenas fundamentais para garantir a credibilidade da gestão pública e o bom funcionamento dos serviços prestados à população, mas pilares de sustentação de sua gestão. “Não há, nesses três e anos e meio de Governo e desafio alguém a provar o contrário, um só abastecimento no veículo de minha propriedade que tenha sido feito em nome ou com requisição da Prefeitura. Não há, nesse período em que estou à frente da Administração Municipal uma só despesa pessoal, por menor que seja, que tenha sido custeada pelo erário”, indignou-se.

O prefeito Paulo Carneiro Rios (Progressistas) lamentou que o início da campanha eleitoral esteja contaminando o ambiente político e incentivando discursos irresponsáveis e acusações levianas de adversários políticos que deveriam prezar pela ética e pela civilidade. Para o gestor, se não fosse um posicionamento oportunista e desrespeitoso, naturalmente que o vereador teria tido o cuidado de buscar, na Prefeitura, pessoalmente ou através dos mecanismos previstos na Lei de Transparência Pública, os dados para poder justificar ou não a grave e inconsequente afirmativa feita na tribuna da Câmara Municipal”, pontuou o gestor, acrescentando que o esse entendimento fica claro quando se observa que o vereador, como deveria proceder se estivesse minimamente agindo dentro das prerrogativas do cargo que ocupa, não protocolou a “denúncia” a nenhum órgão de fiscalização, a exemplo do Ministério Público. “(O vereador) Usou, apenas, de forma leviana, a tribuna do Legislativo Municipal, confundindo a imunidade parlamentar e a liberdade de expressão como salvaguardas para o cometimento de transgressões, como a denunciação caluniosa, como palanque apenas para atingir a honra de adversários e ofensas a terceiros”, enfatizou.

O prefeito Paulo Carneiro lamentou que atualmente, por conta de uma polarização entre pessoas com pensamentos e visões de mundo,



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Prefeito Paulo Carneiro Rios (Progressistas) disse que denuncia do vereador foi leviana para tentar macular sua imagem.

de costumes e ideologias diferentes que tem gerado um ambiente político fundamentalista no qual prevalece o discurso de ódio, incentivava a violência, contaminando negativamente o ambiente social com objetivo de assassinar reputações. Essa percepção, inclusive, foi determinante, ressaltou o prefeito, para que abdicasse do direito de disputar a reeleição, “para não continuar sendo obrigado a conviver com pessoas sem caráter e que embora não tenham moral, insistem em denegrir a imagem de quem tem uma vida pautada na honestidade e no trabalho em favor dos outros”, argumentou.

O prefeito Paulo Carneiro Rios (Progressistas) prosseguiu afirmando que já determinou a todos os órgãos da Prefeitura envolvidos no controle e fiscalização que mantenham a mesma orientação dada desde o início da gestão, de adotar medidas rígidas para que não haja nenhum risco de ocorrência de irregularidades. E renovou a disposição de estar sempre, juntamente com os membros do Governo

Municipal, à disposição para prestar esclarecimentos a quem interessar, sejam vereadores, autoridades competentes ou cidadãos, com objetivo de fortalecer a ética e a moralidade na Administração Municipal. “Nosso compromisso continua sendo com a transparência, a legalidade e a eficiência no uso dos recursos públicos em benefício da comunidade”, afirmou.

Por fim, o gestor disse que já teria determinado à Assessoria Jurídica que adotasse todas as medidas necessárias e previstas na legislação vigente para que o vereador possa responder as acusações feitas no fórum adequado. “Não vou usar o tempo, que devo dedicar a trabalhar para as pessoas que mais precisam das ações da Administração Municipal, para responder acusações inconsequentes. O fórum para isso é a Justiça e é onde vamos buscar as reparações para as tentativas de denegrir a nossa imagem de homem público e cidadão”, concluiu o prefeito.

Riacho de Santana: Decisão Judicial determina que Prefeitura retome os Contratos da Empresa acusada de ser “fantasma” por ex-sindicalista e vereadores

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@gmail.com

Controlar significa verificar se a realização de uma determinada atividade não se desvia dos objetivos ou das normas e princípios que a regem. Na Administração Pública, o ato de controlar possui significado similar, na medida em que pressupõe examinar se a atividade governamental atendeu à finalidade pública, à legislação e aos princípios básicos aplicáveis ao setor público. No Brasil, a preocupação em se estabelecer um controle permanente do gasto público – seja por meio das instituições incumbidas de tal tarefa, seja pela própria população – ganha contornos fundamentais ao desenvolvimento da nação, em razão da sua extensão territorial e do grande número de municípios que possui. Nesse contexto, a ação do Poder Legislativo Municipal na fiscalização dos gastos públicos é fundamental para garantir que a sua aplicação esteja de acordo com os interesses coletivos. É importante salientar que o vereador quando controla a atuação do gestor público municipal está, na verdade, cumprindo uma obrigação fixada pelo texto da Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual estabelece em seu Artigo 31 que a fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo.

Dessa forma, a fiscalização e o controle do Poder Executivo, seja pelos vereadores ou pela sociedade, são fundamentais para garantir a transparência, a eficiência e a legalidade das ações governamentais, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para o bem-estar da população.

Essa fiscalização e controle do Poder Executivo, pelos vereadores, principalmente, e pela sociedade, por meio de cidadãos ou de Instituições representativas de segmentos sociais, no entanto, pressupõe responsabilidade, ética e transparência, não podendo ser, para que a credibilidade de eventuais denúncias de supostas irregularidades não seja arranhada e os limites da civilidade e respeito preservados.

Não foi o que aconteceu em Riacho de Santana, no último dia 20 de maio, quando o então presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana, Reginaldo da Silva Alves e os vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), com base unicamente em ilações e sem que tenham se debruçado na busca de elementos que pudessem embasar os fatos para que a abordagem pudesse ser objetiva e clara e não, como no caso em tela, visando

apenas e tão somente a desconstrução da credibilidade do ente público com objetivos outros que não o interesse da coletividade, usaram as redes sociais para compartilhar um suposto crime que teria sido cometido pelo Governo Municipal ao contratar, por meio de Certame Licitatório (Concorrência 003/2023), a empresa Construtora e Serviços Bahia Eireli ME para executar obras de requalificação do Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho, por mais de R\$ 2 milhões, financiados com recursos de convênio celebrado entre a municipalidade, por meio do Fundo Municipal de Saúde, e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, sugerindo que o empreendimento era “fantasma”, ou seja, não existia fisicamente, nem sequer verdadeiramente no mercado, embora possuindo registro jurídico.

A denúncia, explorada sem que os princípios que distinguem o jornalismo da propaganda e do entretenimento, principalmente o do Direito ao Contraditório, por um importante jornal de circulação no Estado e, principalmente, por blogs regionais, causando prejuízos inestimáveis para a imagem do empreendimento e poderiam ter sido evitados se houvesse a mínima preocupação com a verdade ao se buscar, através da Mesa da Câmara Municipal, da Assessoria Jurídica dos vereadores ou dos mecanismos colocados à disposição da sociedade pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11), que permitiram acessar a toda documentação juntada no Processo Licitatório. Essa providência permitiria a constatação da existência ou não da suposta irregularidade, que na verdade se resumiu, como apontou a reportagem do JS na concessão, pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa de Alvará de Localização e Funcionamento juntado à documentação do Processo Licitatório pela empresa. A bem da verdade, a apresentação do documento, se confirmado tenha sido obtido por meio de fraude, pode ser enquadrada no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002 (Lei do Pregão) e sugerir, inclusive, que a empresa seja apenada.

Se o então presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves e os vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), deixaram de observar princípios elementares para apresentar a “denúncia”, o prefeito João Vitor Martins Laranjeira (Progressistas), por outro lado, foi

precipitado, possivelmente por orientação equivocada de assessores, ao determinar o rompimento unilateral da Contrato celebrado com a Construtora e Serviços Bahia Eireli ME, colocando em dúvida a confiança na sua equipe responsável pelas Licitações e Contratos, além de também deixar de observar o princípio básico da boa-fé, que rege as relações comerciais, ignorando o diálogo que permitisse ao contratado, apresentar sua defesa e para lastrear qualquer que fosse a decisão na transparência e justiça.

Por entender que não teria afrontado nenhum dispositivo legal, que a denúncia feita pelo então sindicalista e pelos vereadores não merecia credibilidade e que a decisão de rescisão contratual unilateral adotada pelo prefeito municipal, sem que houvesse motivos de ilegalidade, inadimplemento contratual por parte da Empresa ou, razões de interesse público e sem “a instauração devida de um Processo Administrativo”, a Construtora e Serviços Bahia Eireli ME ingressou com uma Ação Judicial com Pedido de Tutela Cautelar Antecedente de Urgência na Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cível e Comerciais de Riacho de Santana.

Na Ação, a Empresa apontou que estaria com “suas obras – em Riacho de Santana (construção de um campo Society com grama sintética no Bairro Belém; construção de 15 banheiros – Melhorias Sanitárias Domiciliares, além da requalificação do Hospital e Municipal e Maternidade Amália Coutinho) paralisadas, com seus empregados e prestadores de serviços sem poder desenvolver qualquer atividade”.

Na decisão proferida no último dia 17 de junho, que deferiu a concessão de Tutela de Urgência e determinou a imediata revogação da suspensão dos Contratos e Atos Administrativos referentes à Concorrência Pública 003/2023 - Tomada de Preços 003/2023 e Tomada de Preços 009/2023, até o julgamento do mérito da Ação Proposta, o juiz titular da Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais de Riacho de Santana, Paulo Rodrigo Pantusa, reforçou que a decisão da romper os Contratos adotada pela Prefeitura Municipal “foi tomada ainda sem a certeza de qualquer ilegalidade, de modo que tal conduta prejudicará e muito tanto a Empresa contratada, bem como os trabalhadores envolvidos e cidadãos que esperam pela conclusão imediata das obras, havendo assim, necessidade de atendimento do interesse público no sentido de retornar o quanto antes a execução dos serviços”.

FOTO: REDES SOCIAIS



Juiz Paulo Rodrigo Pantusa, titular da Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais de Riacho de Santana.

O magistrado pontuou ainda em sua decisão, que a Construtora e Serviços Bahia Eireli ME justificou de forma precisa a divergência em relação ao endereço e “não havendo situações outras que justifiquem a suspensão dos Contratos (destacados pela Empresa) deverão os mesmos continuarem a ser executados, uma vez que o prejuízo com a paralisação das obras, sem justo motivo, será imenso, considerando as pessoas (trabalhadores/cidadãos) e gastos envolvidos, cujo custo foi inicialmente assumido pela Empresa ao assinar o Contrato”.

O magistrado pondera ainda não ser crível que seja acolhido como irregularidade a alegação do endereço diverso do informado sem uma investigação aprofundada dos fatos, justificando, então, a “continuidade dos serviços é medida que se impõe nesse momento” e,

a concessão da Tutela de Urgência, determinando a imediata “revogação da suspensão dos Contratos e Atos Administrativos” resultantes dos Procedimentos Licitatórios vencidos pela Construtora e Serviços Bahia Eireli ME, até que o mérito seja julgado.

O juiz Paulo Rodrigo Pantusa arbitrou em R\$ 1 mil diários, até o limite de R\$ 50 mil, a multa por descumprimento da decisão.

A Construtora e Serviços Bahia Eireli ME não se manifestou acerca da Decisão Judicial e nem se manterá a disposição para acionar civil e criminalmente o ex-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves e os vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD).

Prefeito diz ter agido com excesso de cautela

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@gmail.com

Ouvindo pela reportagem do JS, através do Aplicativo WhatsApp, por meio da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal, o prefeito João Vitor Martins Laranjeira (Progressistas), defendeu a competência e eficiência da equipe responsável pelo Setor de Licitações e Contratos, que tem atuado, conforme ressaltou, com “autonomia e independência, sendo certo que não sofrem qualquer tipo de influência em suas decisões”, afastando, portanto, a possibilidade de ter havido, por negligência ou má-fé, qualquer desvio na condução do processo Licitatório (Concorrência Pública 003/2023), que resultou na contratação da Empresa Construtora e Serviços Bahia Eireli ME.

“Em relação ao Processo Licitatório que acarretou na contratação da Empresa Construtora e Serviços Bahia EIRELI-ME, posso afirmar – de forma categórica – que os Setores Técnicos (Comissão de Licitação e Contratos e Setor Jurídico) agiram em absoluta observância aos requisitos legais. Os documentos de habilitação da empresa foram devidamente conferidos e estavam em conformidades com o que a Lei exigia”, pontuou o prefeito, acrescentando que a Contratada apresentou todos os documentos oficiais exigidos pela legislação vigente, inclusive o Alvará de Licença para Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, no endereço constante do Contrato Social.

Questionado sobre qual ou quais motivos foram determinantes para a rescisão unilateral dos Contratos firmados entre a municipalidade e a Empresa Construtora e Serviços Bahia EIRELI-ME, o prefeito disse que a Medida Administrativa foi um ato de “cautela e prevenção, sem a imputação de qualquer prática ilegal em face da Empresa”.

Segundo o gestor, diante da gravidade da denúncia feita pelo então presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves e pelos vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), que ganharam repercussão estadual, apontando que a “Administração Municipal teria contratado por mais de R\$ 2 milhões uma Empresa ‘fantasma’”, ponderou pela necessidade de suspender provisoriamente os Contratos para averiguação dos fatos. O prefeito prosseguiu afirmando que, em seu entendimento, antes de ter a comprovação de que a denúncia seria verdadeira ou se tratava de uma acusação irresponsável, de cunho eleitoreiro, seria importante suspender os Contratos e promover a averiguação do caso.

O prefeito João Vitor Martins Laranjeira (Progressistas) negou enfaticamente que teria rescindido os Contratos, mas determinado a suspensão dos mesmos até que fosse esclarecida a dúvida apontada pelos denunciante. “Não houve qualquer decisão rescindindo ou rompendo o contrato. Ao contrário, eu deixei claro na Decisão Administrativa que a aplicação de qualquer punição ou restrição de direitos só seria legítima constitucionalmente se respeitado o devido processo legal, ofertando-se à parte interessada todos os meios para a apresentação de alegações em contrário”, pontuou o gestor, acrescentando ter deixado evidenciado acreditar que não teria havido “qualquer comprovação de ilegalidade praticada pela Construtora e Serviços Bahia EIRELI-ME. Como dito, apenas por excesso de cautela, determinei a suspensão provisória (dos Contratos) para melhor apurar os fatos”, concluiu.



FOTO: REDES SOCIAIS



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE.

O governo Lula, de mal a pior.

Circunstâncias especialíssimas empurraram Lula à presidência. “Circunstâncias?”, se espantará o leitor. Pois é, circunstâncias, entre elas as facultadas pelo transtorno psicológico delirante com que alguns protegeram o próprio poder e pela saudade que outros sentiam do dinheiro e dos negócios que a Lava Jato lhes tomara. Tudo se passou num período de tempo – você haverá de lembrar – em que a liberdade de expressão e a democracia começaram a ficar engraçadinhas no Brasil.

Havia, também, circunstâncias relacionadas a seus dois primeiros mandatos. Ao longo deles, Lula foi escolhido pela esquerda mundial para ser “o cara”, tipo laranja de amostra de um bem sucedido projeto de poder da extrema-esquerda que se apelida de progressista. Durante os 12 anos anteriores a sua primeira eleição, com o petismo azucrinando a vida de quem sentasse na cadeira que ele ambicionava, o Brasil fizera o duro dever de casa. Entre os fundamentos necessários, dois eram sólidos: a moeda forte (Real), à qual Lula e os seus se haviam oposto, e o agronegócio, cujos bons resultados nada devem à extrema esquerda, como se sabe. Para “o cara”, ficou a colheita farta e a repentina abundância malbaratada em seus delírios de Midas sonhando se tornar liderança mundial. Entre os objetivos de então contavam-se: tornar o Brasil membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, abrir caminho para virar, um dia, secretário-geral ou presidente do mesmo organismo e o Nobel da Paz.

Hoje, sua tarefa mais comum, quando ocasionalmente no Brasil, é visitar algum lugar no interiorzão, organizar ali um ato em ambiente fechado e anunciar um presentinho qualquer – normalmente um programa de governo de pequena monta e aplicação restrita.

Lula vive disso e dos discursos que faz nessas ocasiões. No exterior, sua imagem desidratou e virou farelo moído por conhecidos malfeitos internos, péssimas companhias externas e declarações que fazem dele um Biden rouco e tagarela. No Brasil, seu governo não consegue ocultar a irresponsabilidade fiscal que se exhibe no déficit horroroso das contas públicas (li hoje, 02/07, que liberará R\$ 30 bi em emendas parlamentares antes das eleições de outubro). Esse dinheiro falso, que está derrubando o valor da nossa moeda, lhe permite lembrar-se de que tem algum poder e ainda pode arrancar aplausos dos auditórios quando, a portas fechadas, brinca de Papai Noel temporão entre os pobres depois de atender aos ricos.

Duvido que saiba o nome de seus ministros. Nem mesmo a mídia fiel, que vive a soldo consegue sublinhar, dentre os 40, um nome sequer que mereça destaque. Quando consegue arrebanhar uma parte desse grupo, Lula cobra resultados que, para ele, se traduzem em distribuir recursos públicos e não em gerar benefício concreto à nação.

Zero surpresa. Não quero aqui tripudiar sobre as escolhas de quem quer que seja. Mas o fato é que governo e economia afundam juntos e desse barco só os dólares têm o poder de sumir. Desculpem a franqueza, se os 40 ministros de Lula fossem escolhidos mediante sorteio nacional, com cupons grátis, ao sabor do acaso, sairia dessa coleta aleatória uma equipe melhor do que a selecionada por ele e pelos partidos que o apoiam. Ela parece buscada no mercado por um recrutador de recursos humanos brincalhão que, depois, abriu uma cervejinha e se acomodou no sofá para apreciar a confusão.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

APURAR. CHECAR. RECHECAR. INFORMAR.

Notícias falsas podem trazer muitos prejuízos para quem lê e compartilha. Desconfie de notícias apelativas, com informações espetaculosas ou que fogem do comum.

Na era da desinformação, o antídoto é uma imprensa comprometida com a verdade!

Deputados petistas confirmam apoio da legenda a candidato opositor em Maetinga

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Deputado Estadual José Raimundo Fontes (PT) acompanhou a visita do governador Jerônimo Rodrigues Souza (PT) a Maetinga, no último dia 27 de junho, para

entrega de obras nas áreas da Segurança Pública, Assistência Social e Saúde, além do anúncio de novos investimentos no município. Durante a visita, o parlamentar petista, que também represen-

tou o Deputado Federal Waldenor Alves Pereira Filho (PT/BA), aproveitou para confirmar o apoio da legenda à pré-candidatura do empresário Sérgio Barros Moreira (Avante) à sucessão municipal.



Sérgio Barros Moreira (Avante) com o Deputado Estadual José Raimundo Fontes (PT) e o ex-prefeito Edcarlos Lima Oliveira (PT).

Durante a visita a Maetinga, o Deputado José Raimundo Fontes, acompanhado do ex-prefeito Edcarlos Lima Oliveira (PT), aproveitou para manter contatos com lideranças políticas locais e avançar na formatação de um Plano de Governo que será apresentado à população pelo pré-candidato Sérgio Barros Moreira (Avante).

O deputado destacou a importância de apoiar um candidato, como Sérgio Barros (Avante), que está comprometido com os valores e os princípios defendidos pelo PT. O

parlamentar petista ressaltou a necessidade de fortalecer a democracia e garantir que o município seja governado de acordo com os interesses da população.

A decisão dos deputados petistas José Raimundo Fontes (estadual) e Waldenor Alves Pereira Filho (federal) foi recebida com entusiasmo pelos militantes e simpatizantes do partido em Maetinga, que veem nela um sinal de maturidade política e compromisso com os ideais do PT.

Sérgio Barros destacou que com o apoio

do PT, formalizado pelo Deputado Estadual José Raimundo Fontes e pelo ex-prefeito Edcarlos Lima Oliveira, sua pré-candidatura ganha mais força e respaldo para disputar a eleição municipal. Ele ressaltou a importância da união de forças para enfrentar os desafios e buscar melhorias para o município. "O apoio do PT representa uma aliança estratégica que pode contribuir significativamente para nossa campanha e para a construção de um projeto político mais sólido e representativo", pontuou.

Condenação em 1ª Instância não afasta ex-prefeito da disputa pela sucessão municipal de Paramirim

Enquanto não houver decisão transitada em julgado ex-prefeito e pré-candidato do PSD à sucessão municipal, médico Júlio Bernardo Brito Vieira Bittencourt poderá ser candidato e, se eleito, diplomado e assumir o mandato

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Condenado pela Juíza Titular da Subseção Judiciária Federal de Guanambi - Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Daniela Abreu Danczuk, a Pena Privativa de Liberdade (prisão) de 2 anos, em regime aberto, substituídas por duas Penas Restritivas de Direito (Prestação de serviços à comunidade e entrega de cestas básicas no valor de R\$ 10 mil, podendo ser dividida em prestações mensais, a Entidade Pública [Instituição a ser indicada em Audiência Admonitória, no início da Execução Penal, se confirmada a sentença ao final do Processo, conforme o Código Penal), por envolvimento no suposto crime de fraude em Licitação (Pregão Presencial 028/2013), se confirmada ao final do Processo, conforme o Código Penal, o ex-prefeito e atual pré-candidato à sucessão municipal de Paramirim, médico Julio Bernardo Brito Vieira Bittencourt (PSD), a despeito do que têm sido noticiado, especificamente por blogs ligados à atual Administração Municipal paramiriense, continua com seus direitos políticos

preservados, portanto, enquanto não houver decisão transitada em julgado, poderá ser candidato e, se eleito, diplomado e assumir o mandato, conforme prevê o Inciso II do Artigo 15 da Constituição Federal.

O ex-gestor e atual pré-candidato do PSD foi denunciado pelo Ministério Público Federal no âmbito da Operação Águia de Haia, desencadeada pela Polícia Federal, que investigou uma suposta organização criminosa que atuou em diversos municípios da Bahia, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, corrompendo agentes públicos e servidores públicos municipais, desviando recursos Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por meio de Licitações fraudulentas para aquisição de produtos e serviços educacionais com preços superfaturados, o ex-prefeito Julio Bernardo Brito Vieira Bittencourt, mesmo tendo revogado o Processo Licitatório supostamente viciado antes do início de sua execução, desau-

torizando, portanto, qualquer pagamento, foi sentenciado pela juíza Daniela Abreu Danczuk, ponderando que "a revogação da Licitação, após a assinatura do Contrato Administrativo não desnatura a figura delituosa do Artigo 90 da Lei 8.666/93 [Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação]" à época.

Na sentença, a Juíza Daniela Abreu Danczuk, apontou que Julio Bernardo Brito Vieira Bittencourt, então prefeito de Paramirim, em 2013, "... foi autor de sucessivos atos que viabilizaram o direcionamento do resultado", acrescentando que "o então gestor contribuiu decisivamente para a fraude ao Certame, encaminhando documentos a partir do Gabinete, Homologando e Adjudicando objeto em favor de pessoa que já se sabia previamente vencedora, o que afasta qualquer tese acerca da ausência de dolo e erro de terceiro".

OUTRO LADO

Em um vídeo postado e compartilhado nas redes sociais, um dia após a divulgação da decisão da Justiça Federal, o ex-prefeito e pré-candidato à sucessão municipal de Paramirim, médico Julio Bernardo Brito Vieira Bittencourt (PSD), contraditou a denúncia do Ministério Público Federal e sentença prolatada pela Juíza Titular da Subseção Judiciária Federal de Guanambi, pontuando estar com a consciência tranquila e, portanto, não tendo nenhuma preocupação em relação à condenação. Pontuou que sempre agiu de forma honesta e ética durante seus mandatos como prefeito de Paramirim, e que confia plenamente na Justiça para reverter a decisão em Instâncias Superiores. Além disso, destacou que continuará trabalhando em prol da sua comunidade, sem se deixar abalar por esse revés judicial. Por fim, ressaltou que sempre esteve e continuará disposto a colaborar com as autoridades para esclarecer qualquer dúvida sobre sua gestão, mostrando-se confiante em provar sua inocência no futuro.

O social democrata Julio Bernardo Brito Vieira Bittencourt lembrou que o Programa Sala Digital, que justificou as investigações da Polícia Federal e as denúncias feitas pelo Ministério Público Federal em diversos municípios do Estado foi apresentado aos gestores municipais, em 2013, durante um encontro realizado na sede da União dos Municípios da Bahia (UPB), em Salvador, onde foram entregues panfletos com detalhes e benefícios do projeto, que foram por ele repassados à Secretaria Municipal de Educação para avaliação e adoção das medidas legais vigentes visando sua implantação no município. O Projeto, se-



O ex-prefeito e pré-candidato a sucessão municipal nas eleições de outubro próximo, Júlio Bernardo Brito Vieira Bittencourt (PSD) disse que sua inocência será provada nas Instâncias Superiores da Justiça.

gundo pontuou o ex-prefeito, foi aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e objeto da realização de Processo Licitatório que culminou com uma Empresa vencedora. "Foi feito um Contrato com essa Empresa, mas nós não sabíamos que ela estava sendo investigada pela Polícia Federal, não só na Bahia, como em outros Estados. O Contrato foi assinado em junho de 2013 com prazo de execução de em torno de seis meses. No final de outubro (2013), ainda não tendo sido implementado o Programa, o Jurídico (da Prefeitura Municipal) observou que deveríamos cancelar o Contrato e, dessa forma, foi feito", observou, reforçando que não teria havido malversação de recursos e nem prejuízos ao erário, não apenas nesse episódio, mas durante os quatro mandatos como prefeito de Paramirim. Enfatizou, ainda, que todas as decisões tomadas relacionadas ao Programa Sala Digital foram pautadas pela transparência e legalidade, e que todas as ações foram devidamente documentadas e justificadas.

Destacou ainda que sempre esteve disponível para prestar esclarecimentos e responder às demandas dos órgãos de controle, demonstrando total comprometimento com a transparência e a probidade na gestão dos recursos públicos.

Por fim, o ex-gestor reforçou que está, como sempre esteve, à disposição para colaborar com qualquer investigação que venha a ser realizada, afirmando sua confiança na lisura de sua conduta e na correção de suas ações enquanto esteve à frente da Administração Municipal, lamentando que o Processo Judicial, que será discutido nas Instâncias Superiores da Justiça, onde será provada sua inocência, esteja sendo usada, de forma leviana, com objetivos político, eleitoreiro por seus adversários políticos, com a intenção de macular sua imagem.

CREDIBILIDADE

Js.

Mais que uma conquista
Um voto de confiança que renovamos todos os dias nos últimos
26 anos

Proteja suas conquistas, conte com a **REALIZA**



**Assistências que atendem suas necessidades
24 horas sete dias por semana.**



Rua Joana Angélica, 245 - 1º Andar - Sala 01 - Centro
Sênior Clínica

 (77) 9 9957-6500



GIORLANDO LIMA

GIORLANDO LIMA DA SILVA- JORNALISTA, PUBLICITÁRIO, MARKETING POLÍTICO, EDITOR DO BLOG DO GIORLANDO LIMA. @GIORLANDOLIMA

Vai ter mulher no topo da gestão municipal de Conquista em janeiro de 2025. E brancas (os homens também)

Para a eleição de prefeito, que acontece no dia 6 de outubro, quase tudo é incerteza, no caso de Vitória da Conquista. Mas, se o Brasil não entrar em guerra, outra pandemia não começar ou um meteoro não nos der o mesmo fim dos dinossauros, e a eleição se realizar, uma coisa certíssima vai decorrer dela: uma mulher terá um gabinete na prefeitura (isso se a eleita não abrir mão da posse, sabe-se lá...). Pode ser uma prefeita: Sheila Lemos (União) ou Lúcia Rocha (MDB); ou uma vice-prefeita: Luciana Silva ou Ariana Mota, a primeira na chapa com Waldenor Pereira (PT) e a segunda com Marcos Adriano (Avante).

Neste sábado, 6 de julho, Vitória da Conquista chega ao 2.744º dia tendo mulher como vice ou como prefeita titular. Se Margarida Oliveira não tivesse desistido de assumir a vice de José Pedral Sampaio, em 1993, essa conta seria maior. O fato é que Irma Lemos se elegeu em 2016 na chapa de Herzem Gusmão, tendo sua filha Sheila a substituído na eleição de 2020, e assumido definitivamente em março de 2021, com o falecimento de Herzem.

E essa certeza de que haverá presença feminina no topo do governo municipal existe porque os candidatos homens não quiseram virar lobisomem e escolheram fêmeas para suas chapas (e as mulheres não se arriscaram a virar jacarés e optaram por machos como seus vices). É uma das trends do momento da política. Tem sido assim em grande parte do país, tornou-se quase obrigatório ter o sexo oposto (ou outro gênero) de vice; assim como valorizar a questão étnica... Ops! Nessa, parece que Conquista falhou.

Se você leu até aqui, pode estar dizendo que o texto não está lá essas coisas. Reconheço. Mas, é que senti saudade de escrever sobre a política conquistense e sei que embora a questão abordada por mim "todo mundo já sabia", creio que dei uma luzinha a mais nesse aspecto histórico da nossa política.

E agora, quem sabe essa parte da etnia leve a algum debate?

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

anima

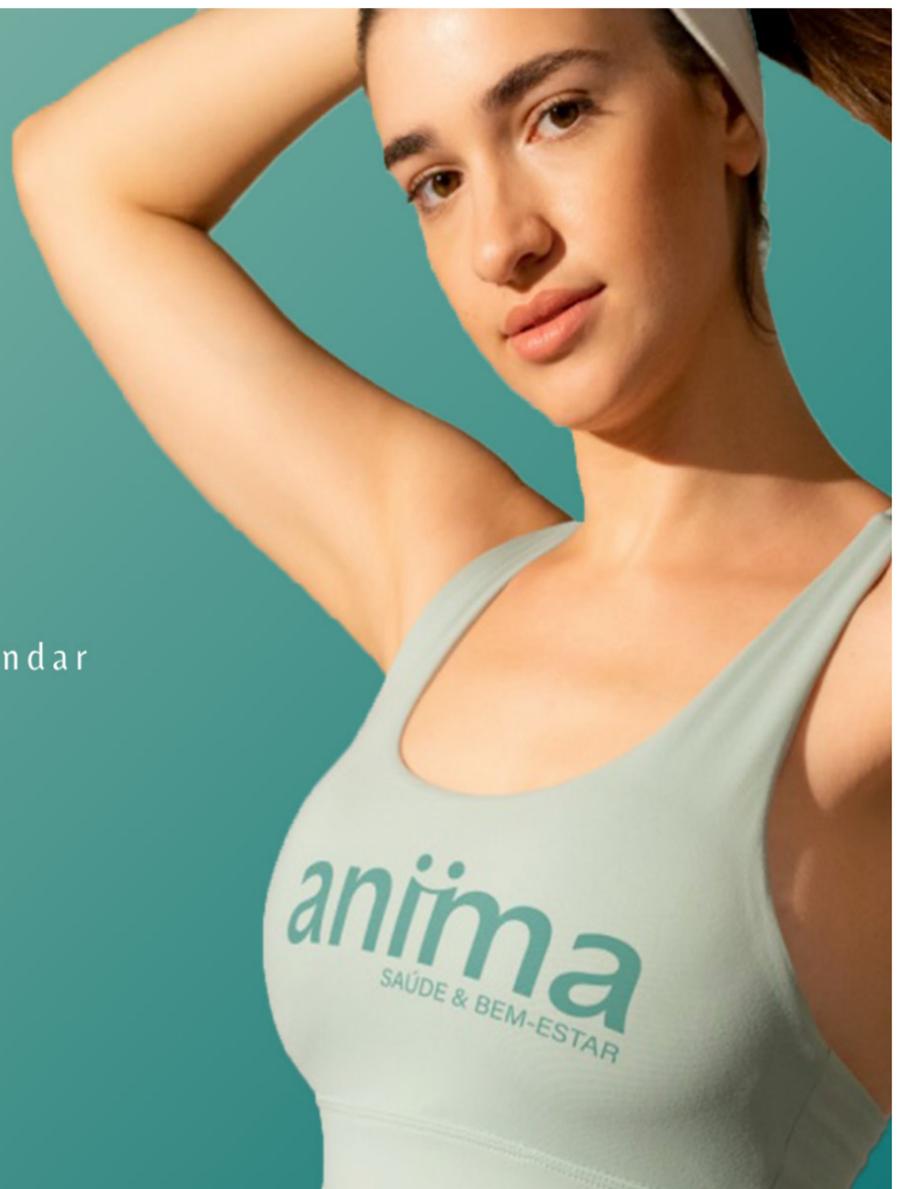
SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920



Livramento de Nossa Senhora: Adversários históricos se unem para disputa da sucessão municipal

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Adversários históricos, os atuais prefeito e vice-prefeita, respectivamente José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro (Rede) e Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB), o ex-prefeito Carlos Roberto – Carlão – Souto Batista (Avante), revelaram uma surpreendente, embora não inédita, aliança para disputar a sucessão municipal. Repetindo o movimento no tabuleiro eleitoral de 2016, quando os ex-prefeitos Emerson José Osório Pimentel Leal (então filiado ao PSL) e Carlos Roberto – Carlão – Souto Batista (então filiado ao MDB) selaram uma até então improvável aliança para disputa das eleições municipais de 2016, após anos de rivalidade política e disputas acirradas, que inclusive justificaram a Ação de Investigação Judicial Eleitoral que tramita no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia pedindo a cassação do registro de candidaturas e do diploma emitidos pela Zona Eleitoral em 2019, conseqüentemente, os atuais mandatos do prefeito e da vice-prefeita, além da suspensão dos direitos políticos, os antigos inimigos decidiram unir forças em prol de um objetivo

comum: manter o comando da Prefeitura Municipal.

A notícia da aliança entre os adversários, revelada no último dia 20 de junho, em meio às comemorações por mais um aniversário da atual vice-prefeita e pré-candidata à sucessão municipal, Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB), surpreendeu a todos, mas logo se tornou o assunto mais comentado nos meios políticos locais. A junção de forças dos dois grupos políticos, liderados pelo atual prefeito José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro (Rede) e pelo ex-prefeito Carlos Roberto – Carlão – Souto Batista (Avante), promete mudar o cenário eleitoral e redefinir as estratégias de campanha.

Adversários históricos, agora aliados, segundo analistas políticos regionais ouvidos pelo JS, estão credenciados a apresentar à população, durante a campanha, um Plano de Governo que reúna as propostas dos dois grupos, sinalizando para uma eventual futura gestão mais eficiente e transparente.

Por outro lado, considerando a opinião de alguns eleitores ouvidos pela reportagem do

JS, no primeiro momento a população foi surpreendida com a aliança, mas já considera a possibilidade de a união reverter em uma mudança positiva na Administração do município.

A vice-prefeita e pré-candidata à sucessão municipal Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB), segundo seus mais próximos interlocutores, não só aprovou como incentivou o movimento de aliados, nos bastidores, para viabilizar a aliança com o ex-prefeito. E teria comemorado o sucesso da empreitada e não estaria se opondo a possibilidade do também ex-prefeito Emerson José Osório Pimentel Leal e seu filho, Deputado Estadual Nelson de Souza Leal, ambos do Progressistas, também se juntarem ao grupo e apoiar a sua pré-candidatura.

Embora nenhum dos envolvidos na articulação e formatação da aliança confirmem, as conversas estariam convergindo para que o filho do ex-prefeito Carlos Roberto – Carlão – Souto Batista (Avante), Advogado Mário Spínola Souto (Avante), componha a chapa majoritária como candidato a vice-prefeito.

Polêmica: Vereadores aprovam aumento de subsídios em Sessões Extraordinárias relâmpagos durante festejos juninos e causam indignação da população

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@gmail.com

A Câmara Municipal de Igaporã, ao realizar quatro Sessões Extraordinárias relâmpagos e na manhã do domingo, dia 30, em meio aos tradicionais festejos de São Pedro, que terminaram na madrugada, por volta das cinco horas, com a apresentação do forrozeiro Roberto Dantilli, está causando polêmica e indignação na população. Muitos veem essa atitude como oportunismo e falta de transparência por parte dos vereadores, que agem de forma a beneficiar a si próprios em detrimento do interesse público. Alguns cidadãos organizam protestos e manifestações para mostrar sua insatisfação com essas práticas, exigindo mais ética e responsabilidade por parte dos representantes políticos. É importante que a sociedade esteja atenta e cobre ações mais transparentes e condizentes com o bem comum, para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma correta e justa.

O que população está questionando é a falta de transparência, uma vez que a maioria desconhece a legalidade dos atos praticados, principalmente a escolha da data e horário para realização das Sessões Extraordinárias, que acabaram permitindo, desnecessariamente, ilações e desgastado ainda mais a imagem dos políticos envolvidos.

Houvesse, como observou um experiente líder político regional ouvido pelo JS sob reserva, um mínimo de sensibilidade e respeito por parte dos vereadores, principalmente do presidente da Casa Legislativa, as reações contrárias da sociedade seriam mínimas. Para ele, a Mesa da Câmara Municipal deveria ter observado algumas medidas, como a ampla divulgação da legalidade do ato (aumento de subsídios de agentes políticos), que o reajuste valerá apenas para os

futuros prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores e, finalmente, escolher uma data, em dia útil, e horário que permitissem a presença do público e não levantassem dúvidas sobre o que estaria sendo debatido e aprovado. E, mais ainda, realizando antecipadamente uma consulta popular.

“Muitos cidadãos, as redes sociais mostram isso, acreditam que os vereadores deveriam ter tido uma discussão aberta e transparente sobre a questão e que o aumento dos subsídios deveria ter sido justificado de forma clara e transparente. Além disso, há críticas à falta de coerência entre o aumento dos subsídios dos vereadores e a situação econômica e social do município. A população exige mais transparência e participação na tomada de decisões que afetem os recursos públicos e o bem-estar da comunidade”, ponderou.

As quatro Sessões Extraordinárias, que estavam previstas para ser realizadas nos dias 30 de junho e 01, 02 e 03 de julho, por acordo de bancadas, previsto no Regimento Interno da Casa, promovidas em um espaço de tempo reduzido, pouco menos de cinco horas, serviram não apenas para aprovação da matéria (aumento de subsídios dos agentes políticos que serão eleitos em outubro), desgastar a imagem da Casa Legislativa e seus atuais membros, mas para sinalizar para uma profunda divisão interna e para o clima de polarização e pouca civilidade que vai tomar conta da campanha eleitoral de 2024.

O presidente da Casa, vereador Waldir Pires Ribeiro de Barros (PT), que revelou ter sido, desde o começo, contrário ao aumento dos agentes públicos nesse momento, tendo cedido apenas para atender a decisão dos demais vereadores,

justificou a realização das Sessões Extraordinárias no domingo (30 de junho) pela demora que a Assessoria de Contabilidade e Consultoria de Gestão Pública (Orpam – Organização de processamentos Informatizados), que somente disponibilizou os dados para análise do projeto de Lei na quinta-feira (dia 27) e o limite previsto na legislação para que a matéria pudesse ser apreciada pelo Legislativo Municipal, creditando ao contexto eleitoral as reações da população. “A Orpam (Contabilidade) só liberou os estudos inflacionários para correção na quinta-feira (dia 27/05) e, como é constitucional a votação (aumento) dos subsídios no último ano de mandato e antes do período eleitoral, houve a convocação para esta data (domingo, 30 de junho), houve a convocação nesta data, respeitando o que determina o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município. Há de se ressaltar que sempre foram realizadas Sessões Extraordinárias em dias e horários distintos (do usual) na Câmara Municipal de Igaporã e nunca houve alarde, mas como é ano eleitoral, querem a todo custo tirar proveito da situação”, ponderou, sugerindo, nas entrelinhas, que as reações da população teriam sido incentivadas por políticos com interesses eleitoreiros e para desgastar os vereadores da Situação.

O vereador e presidente do Legislativo Municipal ressaltou que os vereadores não foram remunerados para participar das Sessões Extraordinárias do dia 30 de junho, uma vez que não há previsão legal para o pagamento, “Na legislação atual (Regimento Interno e Lei orgânica do Município), não há previsão legal para remuneração de Sessões Extraordinárias. Isso é, não há necessidade de pagamento extra para Sessões Extraordinárias”

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Vereador e presidente da Câmara Municipal, Waldir Pires Ribeiro de Barros (PT).

O petista Waldir Barros apontou ainda que o reajuste dos subsídios de agentes políticos (prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores) é previsto na Constituição Federal, Constituição do Estado da Bahia, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal “prevê a aprovação de lei reajustando os subsídios no último ano de mandato pra sugestão seguinte. No caso de Igaporã há oito anos que os subsídios não são reajustados. Em todos os municípios já foram aprovadas leis neste sentido, no caso de Igaporã foi obedecido os índices inflacionários legais. Portanto, tudo isso que está sendo alardeado não passam de boatos”, pontou.

O vereador Waldir Barros fez questão de apontar que há um mês mais ou menos a presidência da Casa teria realizado uma reunião com a participação de todos os vereadores, atendendo pedido deles, para tratar da questão do reajuste dos subsídios, o que, segundo ressaltou, desmonta o posicionamento e o discurso dos opositoristas que se abstiveram ou votaram contra a proposta. “Eu, particularmente, fui contra a realização das Sessões e o reajuste dos subsídios, mas recuei para atender à vontade dos demais membros da Casa”, afirmou Waldir Barros, acrescentando que o recuo dos vereadores da oposição deve ter sido “para atender ordens superiores”.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



vereador José Pedro das Neves Filho (PSD).

Já o vereador José Pedro das Neves Filho (PSD), respondendo a um comentário feito por um cidadão em um grupo de WhatsApp, indignado com a realização das Sessões Extraordinárias no domingo (30 de junho) e a aprovação do projeto de Lei que reajustou os subsídios dos agentes políticos do município que entrarão em vigor a partir de janeiro do próximo ano, foi incisivo ao afirmar que não teria havido afronta a legislação ou oportunismo. "(...) Na reunião

que o senhor está falando, não houve discussão sobre o valor do subsídio. A discussão ocorreu hoje (dia 30 de junho), em quatro Sessões no Plenário (da Câmara Municipal), que foi o momento adequado para debater o Projeto. Não adianta apresentar desculpas agora", afirmou, acrescentando que – como vereador - sempre procurou votar com sua consciência e de acordo com o que acho justo para a sociedade, sem nenhuma interferência.



Vereador João Ary - João de Lô - Fernandes de Souza (PSD)

Já o vereador João Ary – João de Lô – Fernandes de Souza (PSD) em um grupo de WhatsApp, contraditou as afirmativas do presidente do Legislativo Municipal, petista Waldir Pires Ribeiro de Barros, de que teria havido um pedido de todos os vereadores com assento na Casa requerendo a realização das Sessões Extraordinárias para votação do Projeto de Lei que instituiu os novos valores de subsídios de agentes políticos. "Desafio (o presidente da Câmara Municipal) a apresentar qualquer mensagem que o vereador João de Lô pedindo para aumentar salário", enfatizou, acrescentando que sempre se posicionou contra o reajuste de subsídios. Concluindo, o social democrata subiu o tom ao atacar seus adversários na Casa Legislativa, afirmando que já sabia que o Projeto seria aprovado, "porque sabíamos que tem vereadores sem moral que se vendem e só pensam no próprio

umbigo, certamente iriam aprovar, pois só sabem sugar o município", afirmou.

O vereador João Ary – João de Lô – Fernandes de Souza (PSD) aproveitou para denunciar supostas ilegalidades na relação trabalhista da Administração Municipal. Segundo pontuou, teria recebido mensagens de diversos servidores municipais lotados no Setor de Limpeza de Unidades de Saúde Básica do Programa Saúde da Família (USB/PSF), Escolas e de órgãos da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal que estariam "recebendo R\$ 380, R\$ 400, R\$ 480 e ninguém se sensibiliza".

Por fim, o vereador apontou que "o município atravessa a maior crise financeira de sua história, devendo credores, comerciantes; reduzindo salários dos (servidores) mais pobres; Unidades de Saúde abandonadas. Tudo isso é vergonhoso!", enfatizou.

Prefeito diz não ter visto ilegalidade na realização das Sessões Extraordinárias do Legislativo Municipal

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeida@s@gmail.com

Ouvido pela reportagem do JS sobre a polêmica votação pela Câmara Municipal do Projeto de Lei que reajustou os subsídios dos agentes políticos a partir de janeiro de 2025, o prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT), disse não ter visto qualquer ilegalidade que justificasse as reações da população. Lamentou, apenas, que lideranças políticas, inclusive vereadores, tenham contribuído com desinformações para alimentar as discussões e dar uma conotação político eleitoreira a uma questão prevista na legislação.

Para o prefeito tudo ocorreu dentro da normalidade e, se houve algum reparo a ser feito no trâmite da Câmara Municipal, não foi nada que pudesse comprometer o rito legislativo definido pela própria Casa Legislativa.

Questionado, o prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT), disse que não há nenhuma razão para que não sancione o Projeto aprovado pela Câmara Municipal, uma vez que o Artigo 29, Incisos V e VI, da Constituição Federal determina que os subsídios do prefeito, secretários municipais e vereadores será definido pelo Legislativo Municipal até o final da legislatura vigente para vigor na subsequente.

"Em Igaporã, nos últimos oito anos não foram feitos reajuste nos subsídios dos agentes políticos, o que gerou um acumulado, medido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de mais de 40% de perdas remuneratórias. A despeito de tudo isto, por medida de austeridade financeira, no Projeto que foi aprovado pela Câmara Municipal, foi aplicado somente o valor aproximado de 28% de reajuste para os subsídios. Frise-se que os novos subsídios valerão para os agentes políticos que vencerem as eleições do próximo mês de outubro, independentemente de quem serão os eleitos", ponderou, acrescentando que a legislação é inteligente na medida em que impede que o (gestor/legislador) candidato determine o reajuste da remuneração que poderá vir a receber se eleito. Ao estabelecer que o Projeto seja aprovado e sancionado antecipadamente, evita que o vereador possa legislar em causa própria", declarou o prefeito.



Prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT)

Nas redes sociais, população reage indignada às Sessões Extraordinárias realizadas no domingo (30 de junho)

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeida@gmail.com

Nas redes sociais, a população de Igaporã reagiu com indisfarçável indignação à decisão da Câmara Municipal de reunir-se extraordinariamente na manhã do domingo, dia 30 de junho, em meio aos festejos juninos, "quase que clandestinamente" como pontuou um internauta, para aprovar o reajuste nos subsídios de agentes públicos.

Com ironia, um dos internautas, refletindo o sentimento de expressivo número de populares, destacou que "terminou a última Sessão! Foi aprovado (aumento dos agentes políticos) com 7 votos a favor, 2 votos não e 2 se abstiveram, Diogo e Érico (Diogo Carlos Alves Fernandes e Érico Magalhães de Oliveira, ambos do PSD). Votaram não João de Lô e José Pedro (João Ary Fernandes de Souza e José Pedro das Neves Filho, ambos do PSD) no apagar das luzes de um sábado de festa na cidade de Igaporã, no amanhecer do domingo, Sessões Extraordinárias da Câmara Municipal de Vereadores para aumentar salários. Vergonhosos, vergonhoso, diante das burocracias para aumento de salários das categorias de trabalhadores guerreiros".

Para o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Igaporã, Amado Pereira Benevides, é perfeitamente compreensível que a população reaja com indignação à realização das Sessões Extraordinárias em um domingo e em meio à festa tradicional de São Pedro, mas, o que mais o incomoda "é saber como o dinheiro público está sendo tratado. O Sindicato luta por conseguir centavos de valorização salarial e vemos que ao bem da classe política vale tudo. Não podemos aceitar!", reforçou.

O sindicalista pontuou que a Entidade que preside vai buscar, dentro do que esteja previsto na Constituição Federal e nas Leis infraconstitucionais, os mecanismos possíveis para se contrapor à falta de diálogo e respeito com que (a Câmara Municipal) "tem tratado o cidadão igaporaense", ressaltando entender que deva ser feito o reajuste dos subsídios dos agentes políticos, mas que haja transparência e coerência "com as disponibilidades orçamentárias".

Para Amado Pereira Benevides, as discussões e críticas feitas através das redes sociais não terão efeito prático, motivo pelo qual entende que é fundamental que a sociedade, através de suas Entidades representativas, deve cumprir com o papel e agir em defesa da coletividade, ingressando na Justiça com uma Ação Popular contra o que chamou de "ataques a democracia".

No final da tarde da quinta-feira, 4 de julho, após realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, o Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Igaporã anunciou a realização de um protesto contra o reajuste dos agentes públicos aprovado pela Câmara Municipal. A data, local e forma como será realizada a manifestação serão formalizadas em reuniões pela Diretoria da Entidade.

Outro internauta, através de um grupo de WhatsApp, sarcástico, questionou a veracidade da declaração do presidente do Legislativo Municipal, vereador Waldir Pires Ribeiro de Barros (PT), de que teria havido uma reunião meses atrás, quando todos os vereadores teriam solicitado o reajuste dos subsídios, exceto ele. "Não entendo mais nada. Foi falado lá na Sessão (do domingo, 30 de junho), que numa reunião ocorrida meses atrás, com os vereadores, todos estavam querendo o aumento, apenas Waldir (presidente da Câmara Municipal Waldir Pires Ribeiro de Barros) foi contra. Mas devido os pedidos, ele aceitou apoiar os colegas. Agora no ato da votação, os 'caras' da oposição mudaram a casaca, porque, segundo boatos, o chefe não autorizou votar a favor. Será atestado de derrota?".



Já o internauta José Pedro da Silva Júnior, através de suas redes sociais também criticou a aprovação do Projeto. Apontando que teria chegado à Câmara Municipal por volta das 9h45, quando duas Sessões Extraordinárias já teriam sido realizadas e que, testemunhou as outras duas, salientando que nas duas últimas o placar se repetiu: 7 votos sim, 2 votos não e 2 abstenções.

Prosseguiu sublinhando sua indignação com o fato dos vereadores, que tanto falam em transparência, terem participado de quatro Sessões extraordinárias em pleno domingo, "com a cidade em sua totalidade, voltada para os Festejos de São Pedro, sem a transmissão via Facebook (Rede Social) para que a população, "que eles tanto prezam e estimam" pudessem acompanhar.

Afirmou ainda que a realização das Sessões Extraordinárias vai permitir agora que a população possa saber quem são os vereadores que merecem crédito, "que falam a verdade".

Concluiu pontuando estar consciente que as regras (votação do aumento do subsídio de agentes políticos), é constitucional, o que não é ético e moral é a falta de transparência e diálogo com a sociedade. "O problema não é ser contra o aumento dos subsídios, até porque é constitucional. A questão é a maneira inoportuna e de muito mau gosto (adotada) pelo presidente da Casa Legislativa, ao colocar (em votação) em pleno domingo, com a população envolvida na Festa de São Pedro", afirmou, acrescentando que, em sua opinião, a indignação popular está relacionada à surpresa que teve na hora do almoço

com a notícia da realização das Sessões Extraordinária para aumento dos subsídios dos agentes políticos.

Outro internauta foi mais direto ao afirmar que os vereadores estariam "zoando a população", considerando o que chamou de decadência na Saúde Pública e os diversos problemas enfrentados em outras áreas, para "fazer (Sessões Extraordinárias) na calada da festa. Acorda Igaporã, vamos dar o troco neles em outubro!", enfatizou.

Igaporã: Prefeito rebate críticas e contesta discurso de vereador da oposição

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeida@gmail.com

O prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT) reagiu com serenidade, mas sem esconder sua indignação, às declarações de setores da oposição, especificamente do vereador João Ary – João de Lô – Fernandes de Souza (PSD), em meio à polêmica relacionada à forma como o Legislativo Municipal votou e aprovou a Lei que estabeleceu os novos valores dos subsídios do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, que conforme prevê o Inciso VI do Artigo 29 da Constituição Federal (veja matéria nesta edição), apontando que o município estaria vivendo a pior crise econômica de sua história. Segundo o gestor, a situação financeira do município é estável e não há motivos para críticas. Ele enfatizou os esforços da gestão para garantir o equilíbrio das contas públicas e o bom funcionamento dos serviços prestados à população.

O petista Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim enfatizou que as finanças municipais estão sob controle e que todas as medidas necessárias estão sendo tomadas para garantir a saúde financeira do município. Pontuou, ainda, que a gestão transparente e responsável tem sido uma prioridade e que qualquer afirmação contrária, como a feita pelo vereador social democrata, não condiz com a realidade.

O prefeito aproveitou para convidar o vereador João Ary – João de Lô – Fernandes de Souza (PSD) e outras lideranças oposicionistas para participar acompanhar de forma mais responsável e de perto os dados e informações financeiras do município para que suas dúvidas possam ser esclarecidas, evitando, dessa forma, que faça declarações que não condizem com a verdade.

Evitando o confronto, embora com firmeza, o prefeito disse que as declarações do vereador oposicionista refletem o seu desconhecimento da realidade experimentada não só por Igaporã, mas pela expressiva maioria dos municípios brasileiros de pequeno e médio portes, que ainda contabilizam os efeitos negativos da pandemia da Covid-19 em suas finanças. Ponderou que para fazer frente aos Restos a Pagar que foram sendo acumulados a partir da pandemia e com a retração das atividades econômicas, que naturalmente impactaram os municípios que têm no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma importante fonte de receitas, além do considerável aumento no financiamento da máquina pública, implementou uma política de austeridade na contratação de despesas que já assegurou o pagamento de 70% dos débitos e a segurança para garantir que até o final do atual mandato terá zerado todos os débitos.

O prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT) prosseguiu afirmando que os compromissos com a folha de pagamento dos ser-



FOTO: DIVULGAÇÃO

vidores municipais estão rigorosamente em dia e que os débitos existentes no comércio local são provenientes de despesas de custeio, isto é, gastos recorrentes e indispensáveis para garantir o funcionamento da máquina pública, que têm sido quitados normalmente no mês subsequente.

“Faço um desafio ao vereador (João Ary – João de Lô – Fernandes de Souza, do PSD) ou a qualquer outra pessoa a provar a existência de dívidas no comércio local que estejam fora do que foi combinado e extrapolem os limites orçamentários que possam configurar o cenário descrito pelo vereador, que apontou que o município enfrenta uma gravíssima crise financeira”, afirmou.

O prefeito lembrou que essa narrativa, que chamou de inconsequente e falaciosa, vem sendo utilizada por setores da oposição, desde que assumiu o mandato, em 2021, em meio ao recrudescimento da pandemia, como forma de tentar desacreditar a gestão e tirar o foco das muitas realizações desses últimos três anos e meio. “Houve, nesse período, uma readequação de prioridades e, como já pontuei, a adoção de uma política de austeridade que naturalmente

desagradou a alguns setores e tem servido para que a oposição possa divulgar suas fake news. Mas posso assegurar que a situação financeira de Igaporã é consideravelmente melhor do que muitos municípios do mesmo porte, da região e fora dela”, ressaltou.

Por fim, o prefeito subiu o tom ao afirmar que lamenta ver, ouvir e ser informado do discurso politiquês e eleitoreiro, principalmente nas redes sociais, de lideranças que se dizem representantes do povo, mas que não contribuem para o bem-estar da população, com uma mesquinhez, covardia e falta de pudor, usam de fake news ao referir-se à situação financeira do município. “Gostaria de renovar o convite ao vereador João Ary – João de Lô – Fernandes de Souza (PSD) e a outros oposicionistas que têm dedicado tempo, não para defender os interesses da população, mas para tentar denegrir a imagem do prefeito e da Administração, para buscar informações corretas e contribuir para que possamos aprimorar ainda mais os mecanismos de gestão que têm sido fundamentais para que Igaporã possa continuar avançando e promovendo ações e investimentos para melhoria da qualidade de vida de sua população”, concluiu.



Marlito Lacerda
CONTABILIDADE.

Rua CEL. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
EDF. João A. Lacerda - Centro - CEP - 46100 - 000
Email: marlito@marlitocontabilidade.com.br
Instagram - @contabilidademarlitolacerda

Brumado - Bahia
Setor Contábil - (77) 998444654
Setor Fiscal - (77) 998436634
Setor Pessoal - (77) 999251133

www.marlitocontabilidade.com.br

Pré-candidatura da ex-vereadora Mônica Ferraz ganha força para disputa da Prefeitura de Tremedal

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Com a sua pré-candidatura à Prefeitura Municipal de Tremedal oficialmente formalizada pelo Partido dos Trabalhadores, a ex-vereadora Maria Mônica Pereira Ferraz trabalha para formar o maior arco de alianças possível, já tendo conquistado importantes apoios, além das lideranças do PT, PCdoB e PV do município, como do

ex-prefeito Márcio Ferraz de Oliveira (PSD), dos vereadores Antônio – de Ursino – Ferreira da Silva, Fábio – Fabinho – Gonçalves de Souza e Odair José – Dai de Cori – Pereira de Oliveira, todos do PSD, e do Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Gavião (Civarleg), Roberto Hebert – Robertinho – Meira Rocha (PCdoB).

Na última semana, acompanhada do Deputado Estadual e vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado, José Raimundo Fontes (PT), e do ex-prefeito do município, Márcio Ferraz de Oliveira (PSD), a pré-candidata petista esteve em Salvador, onde reuniu-se com o presidente regional do PT, Eden Valadares.

FOTO: DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO WZ



ELEIÇÕES 2024

No encontro, o presidente regional do PT assim como o Deputado Estadual José Raimundo Fontes, reiteraram o apoio da legenda à sua pré-candidatura, tendo o parlamentar petista destacado que “Mônica Ferraz é nossa candidata, candidata do projeto político do presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) e do governador (da Bahia) Jerônimo Rodrigues”. Ainda segundo as duas lideranças petistas, além dos partidos da Federação Brasil Esperança (PT, PCdoB e PV), Mônica Ferraz conta com o apoio de importantes quadros da política tremedalense, como o ex-prefeito Márcio Ferraz (PSD) e seu grupo político, e de lideranças comunitárias”.

A pré-candidata petista também foi recebida em audiência na Governadoria pelo Chefe do Gabinete Civil do Governador, Adolpho Almeida Henrique Loyola. Na oportunidade, foram encaminhadas diversas demandas do município nas áreas de Infraestrutura Hídrica, Educação e Agricultura Familiar. Ainda no encontro na Governadoria, o Deputado Estadual José Raimundo Fontes reforçou a solicitação para liberação de Emendas Parlamentares de sua autoria e do Deputado Federal Waldenor Alves Pereira Filho (PT/BA) destinadas ao município.

A pré-candidata petista à sucessão municipal de Tremedal, também esteve na Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia, quando reforçaram solicitações encaminhadas através dos Deputados José Raimundo Fontes (estadual) e Waldenor Alves Pereira Filho (federal) para investimentos no município, especificamente para a ampliação da rede de abastecimento de água que vai atender os mais de 3 mil moradores do Distrito de Lagoa Preta, além de outros 22 Povoados, que deverá ser financiada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Finalizando a visita a Salvador, sempre na companhia do Deputado Estadual e vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado, José Raimundo Fontes (PT), e do ex-prefeito do município, Márcio Ferraz de Oliveira (PSD), a pré-candidata petista à sucessão municipal de Tremedal, Maria Mônica Pereira Ferraz, esteve na Secretaria de Estado de Cultura da Bahia, onde também encaminhou demandas do município e, finalmente, participou da solenidade de lançamento do Plano Safra 2024/2025, presidida pelo ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar Luiz Paulo Teixeira e pelo governador Jerônimo Rodrigues Souza (PT).

Ao final da visita, a ex-vereadora e pré-candidata à sucessão municipal de Tremedal reiterou o seu compromisso em implementar mudanças fundamentais no conceito da Administração Municipal, que priorize o planejamento estratégico e os investimentos que estimulem o desenvolvimento sustentável, com foco no social. “Sabemos das carências do município e do que a população tremedalense quer que seja priorizado pela Administração Municipal. Sabemos que será necessário devolver ao município a capacidade de atender aos interesses da nossa população, criando um ambiente favorável para que receba os investi-



FOTO: DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO WZ



FOTO: DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO WZ

mentos dos Governos Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) e Jerônimo (Jerônimo Rodrigues de Souza), que resultem na melhoria da qualidade de vida da população”, pondera.

Para analistas políticos regionais ouvidos pelo JS, sob reserva, com esse cenário favorável [apoio dos Governos Federal e do Estado], o apoio sólido do PT e seus aliados e de lideranças do PSD e outras legendas, além das lideranças sociais, a pré-candidatura da ex-

readora petista Maria Mônica Pereira Ferraz tem ganhado visibilidade e força e se destacado como uma das principais opções políticas para liderar Tremedal rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Para os analistas políticos regionais, o apoio amplo e diversificado à pré-candidatura da petista reflete a confiança que a população deposita em seu projeto político e fortalece sua posição como um nome promissor para o futuro de Tremedal.

Embora acusados de ter feito denúncia leviana e eleitoreira, vereadores se calam

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@gmail.com

Coautores da denúncia que repercutiu nas redes sociais, sugerindo que a Empresa Construtora e Serviços Bahia EIRELI-ME. Era uma “Empresa Fantasma”, que teria, em tese, justificado a decisão do Governo Municipal – revogada liminarmente pela Justiça – de romper unilateralmente os Contratos do ente público com o empreendimento, os vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide – Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), têm preferido manter o silêncio, mesmo com o desgaste provocado pela repercussão negativa do caso.

Vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide – Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), coautores da denúncia, em tese, falsa de que a empresa Construtora e Serviços Bahia EIRELI-ME seria “laranja”.



FOTO: REDES SOCIAIS

Ex-presidente do Sindicato diz que não houve “denúncia falsa” e que não teme a judicialização do caso

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@gmail.com

Ouvindo pelo JS, através de mensagem de texto no Aplicativo WhatsApp, o então presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves, que deixou a Entidade no último dia 6 de junho para formalizar sua pré-candidatura pelo MDB a uma cadeira no Legislativo Municipal nas eleições do próximo mês de Outubro, contestou ter feito uma denúncia falsa no caso da Empresa Construtora e Serviços Bahia EIRELI-ME, contratada por mais de R\$ 2 milhões para executar as obras de reforma do Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho. Segundo ele, o que foi denunciado, que “no endereço informado pela Construtora e Serviços Bahia EIRELI-ME, desde o ano de 2021, como sede da Empresa junto à Receita Federal, não funciona uma Construtora, mas sim uma Oficina Mecânica, o que foi confessado (pela Empresa) publicamente”.

O ex-sindicalista insistiu que ao revelar o fato, ele e os vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide – Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), pretenderam unicamente preservar o interesse público, considerando que havia uma informação inverídica na documentação da Empresa que assinou um Contrato milionário com a Prefeitura Municipal. “A intenção da denúncia foi demonstrar que uma Empresa que não tem sede física, o que é no mínimo suspeito, foi beneficia-



FOTO: REDES SOCIAIS

Ex-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp) e pré-candidato a vereador, Reginaldo da Silva Alves, insiste que não teria feito denúncia falsa e que não teme a judicialização do caso. Foto: Redes Sociais.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

da por decisões proferidas pelos prefeitos de Riacho de Santana (ex-prefeito Tito Eugênio Cardoso de Castro e o atual João Vitor Martins Laranjeiras, ambos do Progressistas). A empresa confessou e reconheceu que não possui sede física publicamente em sessão na Câmara de Vereadores”, restando evidente, dessa forma, que não teria havido uma notícia falsa. O ex-sindicalista apontou, ainda, que ao reconhecer que não possui endereço físico e fornecer documento com declaração falsa, a Empresa teria afrontado a legislação vigente, cometendo crime de Falsidade Ideológica previsto no Artigo 299 do Código Penal.

Reginaldo da Silva Alves insistiu que não teria havido denúncia falsa e que está tranquilo em relação a uma possível judicialização do caso, o que permitirá que a verdade seja esclarecida.

E pontuando nas entrelinhas que é preciso uma investigação mais detalhada sobre a Empresa e suas atividades, afirmou que estariam, ele e os vereadores, buscando mais elementos para verificar a idoneidade do empreendimento, o que seria facilitado se houver a judicialização do caso. “Vamos averiguar o corpo técnico da Empresa, seus funcionários, os documentos que ela apresenta em Licitações e as obras por ela realizadas. Na Justiça a verdade dos fatos será apurada!”, concluiu.



CORRIJA O Js.

**ENCONTROU UM ERRO NO JS,
POR FAVOR, NOS CORRIJA,
ENVIE UM E-MAIL PARA :**

erramos@jornaldosudoeste.com

**NOS AJUDE A CONTINUAR TRABALHANDO COM
TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE**

www.jornaldosudoeste.com



CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias

Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA



Petrônio Souza

JORNALISTA E ESCRITOR

Antes de abrir a porta

Diamantina estava em festa. Receberia naquela tarde o governador de Minas e ex-presidente da República Itamar Franco, que não era dado a viajar pelo interior de Minas e muito menos a encontros municipais. Sabendo do momento quase histórico, o prefeito da cidade, o médico em curso de santo João Antunes preparou uma recepção acima da tradição de Juscelino e do status de Diamantina: Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Decretou feriado municipal, convidou prefeitos de todo Vale do Jequitinhonha e alhures, encomendou carreata, com padres, pastores e bispos nas praças, grupos de serestas, bandas de música de todo o município tocando os mais diversos dobrados, e os estudantes da rede municipal entoando, perfilados, o hino nacional, com a recomendação de cantar a plenos pulmões 'assim que o governador surgir na porta do avião'.

Alheio a tudo isso, o deputado federal e procurador da República Carlos Mota pousava em avião fretado na vizinha e também histórica Minas Novas, berço dos Badarós. Com tempo e avião à disposição, Carlos Mota decidiu passar o dia em Diamantina e partiu anônimo para a terra de Juscelino. Ao apontar no horizonte o pequeno bimotor do deputado Mota, iniciou-se uma grande festa no aeroporto de Diamantina, com uma artilharia de fogos de artifícios cruzando o céu e explodindo ao lado do avião. Quanto mais se aproximava do aeroporto mais se intensificavam os fogos e as bandas de música tocavam mais alto. Ao ver pela minúscula janela do bimotor a multidão enfileirada em acenos frenéticos, o deputado sugeriu arremeter, quando a multidão entrou em êxtase. Imediatamente, Carlos Mota ligou para o amigo em terra, Erildo, indagando o que se passava. Sem saber a agenda do dia, Erildo respondeu: "é o reconhecimento tardio por seu empenho na campanha para Diamantina se tornar Patrimônio Cultural da Humanidade". Não era!

O avião pousou, sendo rodeado por uma multidão de líderes políticos, empresários, artistas, padres, magistrados, todos de olhos fixos na porta, quando se abriu e surgiu, lépido e fagueiro, um sorridente e festivo deputado Carlos Mota.

Sem acreditar, o prefeito de Diamantina abaixou os braços, olhou para um lado, olhou para o outro, caminhou até o deputado e falou na lata, com seu sereno sotaque capistrano: "ô CarluMota, ocê cabô cum nossa festa, moço!!! Que papelão! Cumê que cê faz um trem desse com a genti, homi di Deus! Eu tô com a cara no chão...".

Sem fogos de artifício sobressalentes e repertório para as bandas de música, Itamar desceu tranquilo e sereno na seresteira Diamantina, bem ao seu modo, sendo poupado dos rapapés e salamaleques pelo imprevisível deputado. Até hoje, trinta anos depois, Carlos Mota tem que explicar o porquê foi pousar naquele dia histórico na histórica Diamantina.

Se o Rio Grande do Sul, honra e glória do Brasil, obtivesse êxito em sua histórica proposta separatista, hoje não receberia em seu aeroporto o avião presidencial, mas, possivelmente, o avião de um inesperado deputado.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

TAISE RODRIGUES

STUDIO
FOTOGRAFICO

(77) 98858-1020

Jornal
do Sudoeste

SUGIRA
PAUTAS



ENVIE PARA NOSSOS EMAILS:

- editor@jornaldosudoeste.com
- reportagem@jornaldosudoeste.com

ACESSE
NOSSO
SITE

www.jornaldosudoeste.com

Serviço de Inspeção Municipal abre portas para comercialização de queijos premiados do Sudoeste Baiano

ASCOM/CAR SDR

ascom@car.ba.gov.br

A Bahia tem se destacado na produção de queijos artesanais, conquistando prêmios em nível nacional e internacional. Esse sucesso é resultado da parceria entre a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), autarquia vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, e os Consórcios Públicos Intermunicipais, que têm certificado Laticínios, Queijarias e Unidades de Beneficiamento através do Serviço de Inspeção Municipal

(SIM).

Experiências exitosas têm sido registradas em Territórios como o Sudoeste Baiano. A parceria entre a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e o Consórcio Intermunicipal do Sudoeste da Bahia (Cisudoeste) já regularizou duas Unidades, enquanto outras quatro Agroindústrias estão em processo de certificação pelo SIM. Essas adequações garantem a qualidade, segurança alimentar e sanitária dos produtos be-

neficiados nas Agroindústrias, resultando em reconhecimento e premiações, como no 3º Mundial do Queijo, realizado este ano em São Paulo.

A Queijaria Nobre, de André Moraes, conquistou quatro medalhas no Mundial: ouro para o Queijo Gabirru, Iogurte de Amora e Iogurte de Coco, e bronze para o Queijo Frescal Nobre. "Tivemos os dois melhores iogurtes do Mundial, destacando nossa linha sem lactose, muito procurada pelos consumidores hoje", disse André.

Localizada em Planalto, a Queijaria Nobre está em processo de certificação pelo SIM. "O SIM é excelente, pois alavanca a comercialização dos nossos produtos e dá maior visibilidade ao produtor, que antes era 'obrigado' a entregar seu leite para grandes laticínios. Com o SIM, agregamos valor ao nosso produto e geramos uma melhor renda para a nossa família", acrescentou André.

O laticínio Sabor & Arte, em Mirante, alcançou o primeiro lugar na categoria Doce de Leite no 3º Mundial do Queijo. O proprietário, Kelisson Silva, destacou a importância da certificação do SIM para o crescimento do negócio. "Com o selo, passamos a comercializar nossos produtos nas nove cidades do Cisudoeste, abrindo portas para os nossos produtos chegarem às prateleiras e aumentando nossa lucratividade. Foi um grande salto para nós. Hoje, já temos seis funcionários no laticínio, impactando a renda de 12 famílias direta e indiretamente", afirmou Kelisson.

Além do super ouro no Mundial do Queijo, a Sabor & Arte também garantiu super ouro no XVII Encontro Nordestino do Setor do Leite e Derivados (Enel) na categoria Iogurte Integral de Abacaxi e medalha de prata com o Iogurte Integral de Morango.



Produtor planaltense André Moraes.

FOTO: RAFAEL BARRETO/CAR

O SIM

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) realiza a Inspeção e Fiscalização Industrial e Sanitária de Agroindústrias Familiares e Produtos de Origem Animal. Para fortalecer o SIM, a Com-

panhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), em parceria com os Consórcios Públicos, apoia a contratação de equipes técnicas para viabilizar a Certificação das Agroindústrias. Até

o momento, 183 Agroindústrias e 964 produtos já foram certificados por meio desta parceria, sendo 85 Agroindústrias de Produtos Derivados do Leite.

CREDIBILIDADE

Js.

Mais que uma conquista
Um voto de confiança que renovamos todos os dias nos últimos
26 anos

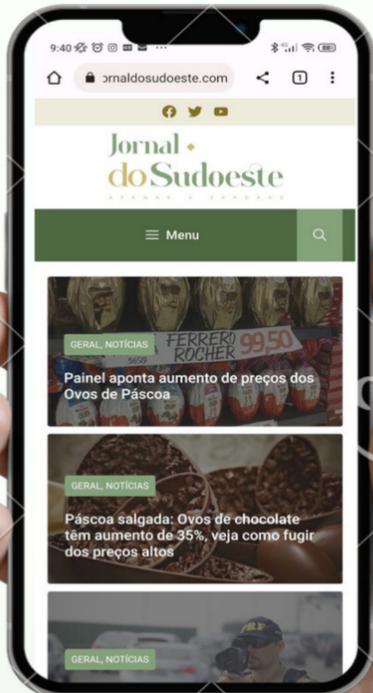
VOCÊ NO JS.

Envie sugestões de pautas, fotos, vídeos para nossa Redação

Escaneie o Código



77-998725389



www.jornaldosudoeste.com

MIVAN MARTHINS
77 99993-1812

AGENDA Aberta

SÃO JOÃO 2024

M CAMISETAS
UNIFORME E PERSONALIZAÇÃO

Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: Gilvanio Rocha da Silva

Mercado municipal de Cordeiros dinamiza economia e garante renda no Sudoeste Baiano

FOTOS: ANDRÉ FRUTUOSO/CAR



ASCOM/CAR SDR

ascom@car.ba.gov.br

A requalificação de espaços de comercialização a exemplo de mercados municipais e feiras livres, tem transformado a vida de milhares de agricultores e agricultoras familiares na Bahia. Em Cordeiros, no Sudoeste Baiano, a ampliação do mercado municipal gerou mais renda e dinamização da economia local.

A agricultora familiar Vanilse Silva é uma das beneficiárias do novo equipamento e comenta os benefícios da mudança. "Aqui eu vendo frango

abatido, feijão verde, feijão seco e, com a cobertura, ficou muito melhor vender. Está muito mais confortável com a cobertura, porque os produtos não pegam mais sol nem chuva", disse Vanilse.

Bom para os agricultores, bom para os clientes. A consumidora Anisete Jardim analisa a qualidade dos produtos vendidos em Cordeiros. "Hoje, a gente vai amadurecendo e priorizando a saúde. Com isso, comecei a procurar alimentos mais saudáveis e de qualidade e encontrei-os aqui na

nova feira de Cordeiros, produzido pelos nossos moradores da região", afirma.

O vice-prefeito de Cordeiros, Renivaldo Francisco de Sousa, define a ampliação do equipamento como um avanço para toda a região. "A nova cobertura melhorou as condições de comercialização da agricultura familiar, melhorando assim a renda e a qualidade de higiene da alimentação que é comercializada. Foi muito importante para a economia do município", finalizou.

Mercados municipais

O sucesso da feira de Cordeiros é um exemplo da estratégia do Governo do Estado, executada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vin-

culada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), para fortalecer a economia dos municípios por meio da comercialização dos produtos da agricultura familiar. Para isso, estão sendo

construídos ou requalificados mais de 186 mercados municipais por toda a Bahia, garantindo inclusão social, emprego e renda a milhares de baianos e baianas.

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis**





Esther Cristina Pereira

ESTHER CRISTINA PEREIRA É PEDAGOGA, PSICOPEDAGOGA, PROFESSORA, CONSELHEIRA DA ESCOLA ATUAÇÃO E DIRETORA DA FENEP (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES)

O excesso de telas e as consequências no desenvolvimento infantil

O excesso de telas tem comprometido o cérebro e a afetividade dos humanos. Essa realidade é embasada por dados e comprovada diariamente. A partir desse entendimento, é importante refletirmos sobre esse cenário. A cognição e a afetividade estão, cada vez mais, se esvaziando e ficando deficitárias para o mundo atual.

Até poucos anos atrás, tínhamos a possibilidade de telefonar para amigos e parentes sem consultar a agenda. Utilizávamos nosso cérebro para memorizar e captar as informações quando necessário. Hoje, procuramos o contato na agenda do celular sem a necessidade de teclar o número. Basta dar um comando que as assistentes virtuais dos smartphones fornecem os dados.

Apenas esse simples ato nos leva a um questionamento: de que forma estamos acessando nossa memória de longo e curto prazo? Nós somos os adultos do mundo, os modelos a serem seguidos pelas nossas crianças e adolescentes. O que estamos transmitindo para eles além de dados, facilidades e falta de tempo?

A reflexão, nesse momento, é um bem valioso para pensarmos sobre o rebaixamento cognitivo e afetivo dentro das escolas e no dia a dia das famílias quando se trata de crianças em formação. Cabe pensarmos em nossa mediação junto aos filhos e alunos. Como mediar o uso excessivo das tecnologias e seus acessos e consumo, muitas vezes, desnecessários?

Nem toda informação é conhecimento. Em tempos de excessos, ensinar a fazer escolhas e se responsabilizar por elas pode ajudar muito a recuperar sinapses e gerar conexões inteligentes. Vocês já pararam para observar que nem nós, adultos, estamos usando nossa memória para buscar dados? Apenas damos um Google e lá vem a resposta e, conseqüentemente, os deveres de casa no modo copia e cola.

As crianças nascem e já são colocadas em contato com o mundo externo no segundo dia de vida. Não existe mais uma adaptação ao novo ambiente e aos pais. Com meses de vida, elas já estão em locais públicos e festas, com a chupeta eletrônica em frente: uma tela para entretenimento. Será que tantos excessos e estímulos precoces não exigem respostas rápidas e hiperativas?

O momento presente nos convida a um repensar de comportamentos, vivências e prioridades. Repensar alguns comportamentos se faz necessário e urgente. Receber uma criança é uma tarefa intransferível e que exige dos adultos muita responsabilidade e disponibilidade. O acolhimento da criança fará toda a diferença na sua vida afetiva e cognitiva. Os pais são considerados os primeiros objetos de amor desse ser e, a partir desses primeiros vínculos, ele irá conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. É a primeira porta aberta para as aprendizagens - ou não.

Não quero aqui ser demagoga e dizer que os bebês precisam passar por uma quarentena. Não é essa a questão. O ponto essencial é a presença acolhedora, a ambientação de ruídos e a adaptação de cada dia. Crianças não são objetos, são seres vivos em desenvolvimento, ainda frágeis perante tantos estímulos e demandas.

Observar mais e expor menos pode ser um primeiro passo. O cuidado nos anos iniciais fará toda diferença pela vida afora. Da mesma maneira, as tecnologias que temos e com as quais eles interagem em tenra idade devem ser reguladas e acompanhadas pelos adultos responsáveis. O tablet no banco do carro para que a criança fique em silêncio tira toda a possibilidade dela explorar o mundo lá fora. A observação e a retenção do que se vê são ingredientes para ter atenção. Já pensaram nisso?

Podemos ter nossas próprias verdades e justificativas, mas esse não é o caminho do afeto, do vínculo e, muito menos, do diálogo, que é tão cobrado lá na adolescência.

A falta de olho no olho e o excesso de olhar em telas tem nos desumanizado e aumentado a banalização de tantos transtornos e deficiências. Estarão as novas gerações com déficit de humanos adultos disponíveis?

Precisamos rever alguns conceitos. E rápido!

O papel da escola, da sociedade, dos pediatras e dos terapeutas faz-se urgente junto às famílias. As crianças perderam a capacidade de fazer coisas simples, de se relacionar, de brincar, de dialogar e de obter movimentos físicos que auxiliem no dia a dia. Como exemplo, podemos citar a dificuldade para se vestir, para dobrar a roupa, para silenciar e para entender regras, pois a vida está sendo alicerçada com falta do dia a dia intenso com a família. Onde moram tantas dificuldades?

Cansamos de ver famílias em restaurantes e cada um na sua própria telinha. Aquele poderia ser um momento de encontro e, no entanto, vira um encontro de solidões e silêncios compartilhados. Crianças sendo alimentadas pelos pais, assistindo desenhos, pais postando os pequenos filhos em suas redes nada sociais. Precisamos repensar!

Onde fica o processo de aprendizagem das coisas simples? Como esse ser humano pequenino está constituído sem mediação de outro humano? Onde estão as conexões humanas e suas primeiras habilidades cognitivas para o cálculo, para a leitura e para os conflitos de aprender e crescer?

Estão aprendendo a não pensar, a não usar o cérebro e a automatizar emoções e sensações cada vez mais empobrecidas. O cérebro é um órgão social em constante desenvolvimento e que precisa ser estimulado desde os primeiros dias. Por isso, temos que mudar essa realidade com muita responsabilidade.

Precisamos estimular as crianças e fazer com que elas olhem para fora das telas. Devemos propor tarefas e brincadeiras, dedicar um tempo para criar, imaginar, fantasiar e, além disso, pensar no coletivo e na família, ajudar nas pequenas tarefas da casa, da escola e, amanhã, do mundo.

A Europa é um país que tem se dedicado com afinco para isso, para o tempo para estruturar as crianças desde recém-nascidas para o uso do que temos de mais importante: o cérebro e sua emoção. Quando nos deparamos com estudos sobre o malefício que a tecnologia tem causado às crianças, nos questionamos o porquê dos adultos não mudarem sua maneira de educar as crianças para isso.

Será que os adultos também estão precisando de ajuda com seus excessos? Conectar-se em excesso com máquinas sinaliza um desconectar-se de si e do outro. Pensem nisso. Que futuro nos espera? Pensar, calcular, ter coordenação motora fina ou ampla de qualidade e possuir um vocabulário robusto são algumas das habilidades que hoje estão se perdendo consideravelmente.

Essa realidade também gera questionamentos de que as crianças não estão em franco desenvolvimento e aprendizado, gerindo e regulando suas próprias emoções. Quais são os modelos que elas acompanham? Youtubers? Chegam da escola e, com o vício nas telas, não se desligam nem na hora de dormir, acordar e estudar. Elas estão intoxicadas de eletrônicos e muitas sofrem fisicamente com o distanciamento de sua máquina.

Cresce o número alarmante de crises de abstinência em crianças e adolescentes. A companheira inseparável, Alexa, é quem diz as respostas, pensa e corrige os pequenos. E onde está o adulto da relação neste momento?

Não necessitamos de especialistas para saber que resultado temos tido com a tecnologia tomando a frente na educação das crianças. Basta que olhemos atentamente para o número de patologias criadas. O brincar livremente virou um produto de luxo.

Já observaram que toda festa infantil tem recreadores? Os espaços públicos como praças, ruas e museus estão cada vez menos habitados. Usar o cérebro de forma efetiva é tarefa da família. Esse é um aprendizado de vida e para a vida. O cérebro precisa de estímulo.

Como aprender a ler se os pais não têm hábitos de leitura? Como ler sem mediação? Como conversar em tempos de monólogos e emoticons? Como saber esperar a sua vez, se frustrar, ganhar e, até mesmo, perder se isso não é exercitado?

Poderíamos ficar aqui escrevendo e refletindo, mas o tempo presente não nos permite mais esperar. O pedido é para os adultos: retomem seus lugares de referência na vida de seus filhos, deem as mãos com a escola, que é sua maior parceira nessa transição de mundo, e assumam a viagem da vida rápida de seus filhos que estão crescendo no quarto ao lado do seu (e não nas suas camas compartilhadas). Retomem o papel social de família e o papel educativo que a família possui, pois a escola não pode assumir essa responsabilidade. O momento pede: recalcularem a rota da educação familiar.

Desmistificando a Educação Sexual: O papel da inclusão no currículo escolar desde as Séries Iniciais

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Dados oficiais do Dique 100, canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que não refletem a realidade, considerando que a subnotificação, motivada por diversos fatores, principalmente pelo crimes serem cometidos no âmbito familiar, apontam que a cada 24h, são registradas mais de 166 violações sexuais de crianças e adolescentes, sete a cada hora, uma a cada 8 minutos.

Entre as diversas propostas para enfrentar o problema têm sido destacadas por Especialistas de diversas áreas, inclusive pontuado em entrevista exclusiva ao JS, pela Delegada Titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (10ª Coorpin) de Vitória da Conquista, Belª Rosilene Moreira Correia, está a importância do diálogo, da Educação, da discussão, em casa e na Escola, com as crianças e adolescentes sobre sexualidade e gênero.

É consenso entre os Especialistas e Agentes de Segurança Pública envolvidos diretamente no combate a crimes sexuais contra crianças e adolescentes, é fundamental que a Educação Sexual seja abordada nas Escolas desde as Séries Iniciais, de forma adequada e respeitosa, visando a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, a Promoção da Saúde Sexual e

Reprodutiva, o incentivo ao respeito às diferenças e à diversidade, e a prevenção do abuso e exploração de crianças e adolescentes.

Reforçam ainda que é importante que os educadores estejam capacitados para abordar esses temas de forma objetiva e inclusiva, considerando as diferentes realidades e contextos dos alunos. Além disso, é essencial envolver os pais e responsáveis nesse processo, para que eles também possam contribuir para a formação sexual saudável de seus filhos.

Em síntese, para os Especialistas, o combate ao abuso e exploração de crianças e adolescentes deve ser uma prioridade para a sociedade como um todo. As Escolas têm um papel fundamental nesse sentido, refletem, ao proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para os alunos, promovendo a escuta ativa e o apoio aos que sofrem qualquer tipo de violência.

Pontuam também que é importante investir em campanhas de conscientização e prevenção, além de fortalecer a Rede de Proteção à Infância e Adolescência, com a participação de profissionais da Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e do Poder Judiciário.

Em suma, a Educação Sexual nas Escolas e o combate ao abuso e exploração de crianças e adolescentes são fundamentais para a promoção de uma sociedade mais justa, igualitária

e saudável. E é responsabilidade de toda a sociedade garantir o bem-estar e a proteção das crianças e jovens.

O certo é que a Educação Sexual ainda não é um assunto fácil de ser discutido, principalmente por agentes públicos - secretários municipais - e por profissionais envolvidos na Coordenação Pedagógica de Escolas Públicas e Privadas, seja por orientação de superiores, por reconhecer a incapacidade de debater o assunto ou por questões culturais, políticas e religiosas que interferem no esclarecimento da sexualidade. Isso ficou claro na negativa de secretários municipais e Coordenadores Pedagógicos de Escolas Públicas e Privadas ao serem questionados pelo JS sobre o que pensam a respeito da inclusão no currículo escolar, desde as primeiras séries do Ensino Fundamental, da Educação Sexual, abordada de forma aberta, inclusiva e respeitosa nas Escolas.

Felizmente, essa não é uma regra. O JS conseguiu ouvir representantes de diferentes segmentos, que não hesitaram em dar sua contribuição para o debate, respondendo a abordagem relacionada a inclusão no currículo escolar, desde as primeiras séries do Ensino Fundamental da Educação Sexual, como estratégia de combate e prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Confira o que disseram:

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



FABÍOLA LIMA CASTRO

Assessora de Imprensa da Associação da APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Brumado, Estado da Bahia; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia (Gepegeo/Uneb); Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade da Cidade do Salvador; Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Pitágoras/MG; Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, e Professora do Ensino Fundamental

de Saúde muito necessária e deve constar no currículo escolar desde a Pré-Escola. Tal medida é, inclusive, uma das ações prioritárias previstas pelo Programa Nacional Saúde na Escola, de 2011. O Ministério da Educação e o Ministério da Saúde enviaram verbas para os municípios implementarem tal programa nas nossas Escolas Públicas; inclusive o município de Brumado foi beneficiado pela medida.

Longe do que se propaga erroneamente por pessoas sem conhecimento ou agindo de má fé, a Educação Sexual não incentiva a prática prematura do sexo, mas educa nossas crianças e jovens por meio de informações que previnem a violência, o abuso, a gravidez precoce e as doenças transmitidas por meio de relações sexuais. A Escola é lugar privilegiado de formação para questões que afetarão toda a vida da criança e é um ambiente onde ela se sente segura para relatar casos de abuso devido à confiança e o vínculo estabelecidos com professores e funcionários.

É claro que o tema deve ser abordado de acordo com o desenvolvimento de cada faixa etária. Por exemplo, no âmbito da Educação Infantil e Séries Iniciais, as crianças devem aprender que certas formas de toque em seu corpo não devem ser permitidas e que caso ocorram, devem ser relatadas a alguém de sua confiança. À medida que vão crescendo, os adolescentes precisam aprender a agir de forma segura e saudável para com o próprio corpo, conhecendo fatores de risco de gravidez precoce e doenças.

Dessa forma fica evidente a importância da implementação da Educação Sexual nos currículos escolares para que nossas crianças e jovens possam reconhecer fatores de risco e situações de abuso e violência, sabendo identificar seus agressores e denunciá-los".

"Abordar a Educação Sexual nas Escolas é uma medida necessária para o enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente. De acordo com levantamento realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em 2021, a maior parte dos casos de violência sexual ocorre no ambiente doméstico e é praticada por pessoas próximas ou parentes das vítimas.

Pensar em Educação Sexual é uma ação

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

FOTO: REDES SOCIAIS



SOLANGE ANATÓLIO DO ESPÍRITO SANTO

Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapetinga, com atuação nas áreas Criminal, Júri, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Tóxicos e exclusivamente na Defesa da Mulher e Combate à Violência Doméstica.

“A orientação sexual é extremamente necessária. As crianças desde cedo já devem ser educadas pelos próprios pais que devem falar abertamente sobre a sexualidade”.

FOTO: REDES SOCIAIS



BRAULINA LIMA SILVA

Professora, Prefeita do Município de Aracatu

“A discussão da temática (Educação Sexual) no contexto escolar é necessária. No entanto, é essencial capacitar os professores, cuidar para não ultrapassar os limites necessários da discussão, respeitar a faixa etária dos alunos e garantir a prevenção da erotização infantil. Também é fundamental atentar para a postura do educador, especialmente no que se refere ao respeito às diferenças individuais. A Escola não tem o papel de determinar o que é certo ou errado, mas sim respeitar os valores e crenças de cada família.

Considerando os alarmantes dados sobre violência sexual, onde 86% das ocorrências ocorrem no ambiente doméstico por familiares e vizinhos, e sabendo que muitas crianças e adolescentes sofrem em silêncio, acredito que a Escola pode desempenhar um papel importante como espaço de acolhimento e esclarecimento sobre o que é violência sexual. Ela também pode encorajar as crianças e adolescentes a romperem o silêncio, tornando-se uma aliada na proteção de nossas crianças.

A inclusão da temática deve ser acompanhada de diálogo aberto e contínuo com pais e cuidadores, considerando que o tema da sexualidade ainda é um tabu em muitas famílias.

Reafirmo que o papel da Escola não substitui o da família, mas complementa e apoia os pais e cuidadores. É essencial unirmos esforços para proteger nossas crianças e adolescentes da exposição precoce ao sexo, pornografia e violência sexual, adotando estratégias seguras e responsáveis. A responsabilidade compartilhada é fundamental nesse processo”



CAMILA TEIXEIRA SILVA SCARCELA

Psicóloga Escolar/Educacional - Psicóloga Clínica

“Quando falamos em Educação Inclusiva devemos pensar nas adaptações individuais e diferenças necessárias para cada indivíduo, onde a Escola se dispõe de forma cuidadosa a olhar as diferenças não como desafio, mas como oportunidades de ampliar as metodologias adaptáveis, considerando a proposta curricular uma forma de desenvolver autonomia e responsabilidade aos alunos com deficiência. Pensar em Educação Inclusiva é pensar para além dos muros da Escola, é entender a real possibilidade de incluir o aluno nas realidades do contexto escolar desmistificando padrões sociais que limitam a capacidade desses alunos.

Sou a favor da Educação Sexual nas Escolas desde que seja tratada com responsabilidade seguindo o Plano de Desenvolvimento Educacional Curricular (PDE). Ao contrário do que muitos pensam a Educação Sexual nas Escolas não estimula as atividades sexuais infantis, se trata de uma ação de saúde necessária para informar e prevenir Doenças Sexualmente Transmissíveis como o HIV e AIDS.

Outra consideração importante sobre o tema da Educação Sexual nas Escolas é a abordagem e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes cujos registros no

Ministério da Saúde veem crescendo consideravelmente. Ensinar desde cedo e as abordagens apropriadas para cada faixa etária, conceitos de autoproteção, consentimento, integridade sentimentos e a diferença entre toques agradáveis e permissivos”.

A percepção da sociedade sobre a proposta de criminalização do aborto que tramita na Câmara Federal

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O tema da criminalização do aborto é um assunto controverso e de grande debate na sociedade atual. Em muitos países, o aborto é considerado ilegal e criminalizado, o que acarreta em diversas consequências para as mulheres que optam por interromper uma gravidez indesejada.

As Leis que proíbem o aborto são baseadas, na maioria das vezes, em motivos religiosos e morais, que defendem a vida do feto como um direito que deve ser protegido. No entanto, a criminalização do aborto não impede que as mulheres recorram a métodos inseguros e clandestinos para interromper a gravidez, o que pode resultar em complicações graves e até mesmo em mortes.

Além disso, a criminalização do aborto também gera desigualdades sociais, uma vez que mulheres de baixa renda têm menos acesso a serviços de Saúde e são as principais afetadas pelas restrições legais. Isso acaba por perpetuar um ciclo de pobreza e exclusão social, já que a maternidade indesejada pode limitar as oportunidades de Educação, Emprego e Desenvolvimento para as mulheres.

Por outro lado, existem argumentos a favor da criminalização do aborto, que defendem a proteção da vida do feto e o respeito à santidade da vida humana. No entanto, é importante considerar o impacto que essa Lei tem sobre a Saúde e os Direitos das Mulheres, e buscar alternativas que garantam a segurança e o bem-estar das gestantes.

No Brasil, nos últimos dias, o Projeto de Lei 1.904/24, de autoria do Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), que propõe qualificar

como homicídio o aborto a partir de 22 semanas de gestação, mesmo em casos de estupro, risco de morte para a mãe e fetos anencefálicos, tem gerado bastante polêmica e divide opiniões entre a população. Em uma pesquisa de opinião realizada pela reportagem do JS, algumas pessoas comentaram sobre essa proposta.

Uma das entrevistadas, a conquistense Maria*, expressou sua opinião a favor do Projeto de Lei. Ela acredita que o aborto tardio é uma prática imoral e que é preciso proteger a vida do feto. Além disso, Maria ressaltou a importância de oferecer suporte às mulheres em situações de gravidez indesejada, para que elas não sintam a necessidade de recorrer ao aborto.

Por outro lado, o também conquistense João* se posicionou contra a proposta. Ele acredita que é fundamental garantir o direito das mulheres de decidirem sobre seus corpos e que a criminalização do aborto após as 22 semanas de gestação pode colocar em risco a vida e a saúde das mulheres que precisam interromper a gravidez por motivos de saúde.

Outra entrevistada, a lapense Laura*, destacou a importância de debater a questão de forma ampla e respeitosa, levando em consideração diferentes perspectivas e realidades. Ela ressaltou que é fundamental ouvir as vozes das mulheres que vivenciam a maternidade e a gravidez, para que qualquer decisão seja tomada de forma consciente e ética.

"Eu não aprovo essa nova Lei que o deputado quer colocar. Por que a gravidez tem que ser desejada. Quando uma gravidez foi fruto de uma violência, a pessoa tem a opção de

querer prosseguir com essa gravidez ou não. Então na minha opinião não temos que apoiar essa nova Lei".

A brumadense Marta*, disse ser contra condenar ao crime de homicídio, a mulher que decidir pelo aborto após a 22ª semana de gestação. É preciso, ressaltou, que os casos já previstos na legislação sejam respeitados. "Sou terminantemente contra esse Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal (Sóstenes Cavalcanti) do PL do Rio de Janeiro. Eu sou a favor de que permaneça como está no nosso Código Penal", pontuou.

Esse também é o posicionamento de outra brumadense, Carla*, apontando que a gravidez tem de ser desejada. "Quando uma gravidez é fruto de uma violência, a mulher tem que ter a liberdade para optar por prosseguir ou não com a gestação. E, nesses casos, quando as vítimas são geralmente pré-adolescentes ou adolescentes, naturalmente demoram a perceber o que está acontecendo com seu corpo. Por isso essa opção (aborto) deve ser da mulher. Então, em minha opinião, não devemos apoiar essa proposta", disse.

Também brumadense, Elisabete* foi incisiva ao afirmar que é favorável à proposta que tramita na Câmara dos Deputados. Na opinião dela, mesmo nos casos de estupro, que observa não podem ser tolerados, há meios para que a gravidez possa ser prevenida. Acrescentou que nos casos em que há a constatação da má-formação do feto, o acompanhamento médico vai indicar tratamentos para que a vida da gestante seja preservada, sem que haja a necessidade de abortar.

O Advogado, presidente do Conselho de Segurança Pública de Brumado, Irenaldo Muniz da Silva, ouvido pela reportagem do JS, posicionou-se contrário à proposta que tramita no Parlamento. "Sou totalmente contrário (ao PL do Aborto)", pontuou, afirmando que os parlamentares deveriam estar preocupados discutir e aprovar medidas que visem reduzir as desigualdades e promover o bem estar da população, citando, entre outras, a em concluir as Reformas Tributária, Previdenciária e Política, além de atualizar o Código Penal para que o Artigo 5º da Constituição Federal seja efetivamente cumprido. Para o Advogado, ao tentar potencializar a punição à mulher, já penalizada com a agressão (estupro), com penas mais graves que a imputadas aos agressores, o que se pretende, na verdade, é ampliar as desigualdades, a exclusão e colocar em risco a vida da mulher que já foi condenada, que nunca esquecerá na vida a agressão sofrida. "Ainda sou da época que filho de acidente é aquele que nasce de um descuido de um casal, mas mesmo assim entre eles existia amor que iria amparar a criança. Filho advindo de estupro, até o nome já revela...", ponderou.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Já o Empresário e líder político guanambienense José Afonso Sobreira Almeida, reconhecendo que a questão é complexa, diz que "a depender das circunstâncias" é contrário ao aborto, por acreditar tratar-se de uma vida indefesa e inocente das vias que a originou, o que torna, em sua opinião, "uma barbárie tremenda e uma grande covardia a execução de um aborto".

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO



A Enfermeira Obstetra, Pós-Graduada em Urgência/Emergência e UTI (Unidade de Terapia Intensiva), tremedalense Lurdiane Norbertino Silva, também se posiciona contrária à proposta do Deputado Federal Sóstenes Cavalcanti (PL/RJ), considerando, principalmente, como reforça, estar claro que “as vertentes sociais e científicas não foram analisadas e levadas em consideração para (elaborar) o Projeto de Lei, que implica uma questão de vulnerabilidade social bem mais ampla do que a Lei contempla. Como Enfermeira Obstetra que acompanha Pré-Natal vejo na roti-

na as dificuldades enfrentadas por cada mulher, uma vez que, a maternidade em si não é fácil com Rede de Apoio, imagine sem qualquer tipo de Rede de Apoio”, pondera, acrescentando ser considerável o número de mulheres comparece ao Pré-Natal após 22 semanas (de gestação), “que é o que chamamos de Pré-Natal tardio por causa de questões psicológicas e sociais”.

Para a Enfermeira Lurdiane Norbertino Silva o Parlamento e Governo – nos três níveis de poder – deveria criar estratégias para atendimento humanizado, Centros de Acolhimento a Gestante em Situações de Vulnerabilidade e Gestação de Alto Risco, e não ocupar-se de promover debates em torno de Leis punitivas e tão severas. “(...) A mulher Gestante de Alto Risco, porque o que está no esboço da Lei são Gestantes de Alto Risco: um bebê anencéfalo não tem chance de sobreviver e coloca a vida da mãe em risco; uma gravidez indesejada por estupro coloca a mãe em risco físico e psicológico grave”, observa, acrescentando que a proposta deveria focar a raiz do problema, como punição mais severa ao abusador que comete estupro, e um acolhimento adequado e busca ativa a Gestante de Alto Risco.

A Enfermeira Lurdiane Silva aponta a falta de esclarecimento da população por parte do Governo em relação à Gravidez e Gestação podem resultar em uma série de problemas para as mulheres, como desinformação, falta de acesso a Serviços de Saúde adequados e até mesmo riscos à Saúde da mãe e do bebê. “É fundamental que o Governo desenvolva Políticas Públicas e Programas de Educação Sexual e Reprodutiva que garantam informações claras e precisas so-

bre esses temas, garantindo assim o bem-estar e a segurança das gestantes e seus bebês”, pondera.

A Enfermeira reforça, ainda, em sua opinião, ser importante que o Governo invista em Serviços de Saúde de qualidade e acessíveis a todas as mulheres, garantindo um acompanhamento adequado durante todo o período gestacional. “A falta de esclarecimento sobre a Gravidez e Gestação é uma falha que pode ter sérias consequências”, pontua, destacando que é fundamental, antes de pensar em eventuais punições em um tema tão delicado, que haja informações claras para que a população brasileira possa ter noção da gravidade do problema da Gravidez de Alto Risco e da Gestação resultado de um estupro e suas implicações na vida da mulher. “O que precisa ser debatido é o que faz uma Gestante procurar interromper uma Gestação após 22 semanas? A resposta é simples, falta de orientação e cuidado inadequado a Saúde da população feminina (por parte dos Governos) em Gestação de Alto Risco”, ponderou.

Resta evidente, portanto, diante da pluralidade de pontos de vista, que o debate em torno do Projeto de Lei que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio simples, até mesmo nos casos em que o procedimento é permitido por lei (estupro; risco de vida à mulher e anencefalia fetal) é complexo e sensível. Cada indivíduo possui suas próprias convicções e experiências, e é fundamental promover um diálogo aberto e respeitoso para encontrar soluções que respeitem a dignidade e os direitos de todas as pessoas envolvidas, principalmente das mulheres.



A Advogada, Enfermeira, com Mestrado em Saúde Pública e Especialização em Saúde Coletiva e Gerência de Programas Comunitários, além de ter sido titular da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista (2010/2016) e atualmente cumprindo seu segundo mandato na Câmara Municipal de Vitória da Conquista, Márcia Viviane de Araújo Sampaio (PT), inicialmente lamentou a forma como foi conduzida a tramitação do Projeto de Lei 1.904/22, para pontuar sua posição contrária não apenas à proposta em tramitação no Parlamento, mas também à prática do aborto. Para Márcia Viviane

ne Sampaio, a discussão precisa ser ampliada, pois o que está em jogo, em sua opinião, é a criminalização de mulheres que devem ser acolhidas e tratadas como vítimas, não criminosas. “Em relação ao PL 1.904/2024, que infelizmente até o momento ainda está em tramitação no Congresso Nacional, mesmo sendo aprovado em regime de urgência, de uma forma totalmente inusitada, inclusive, parlamentares dizem que não houve uma votação de acordo com o Regimento Interno da Casa. Primeiro, eu sou contrária ao PL 1904 e também sou contrária ao aborto. Mas o que está em jogo aqui não é a questão de ser favorável ou não favorável ao aborto, e sim a criminalização das pessoas, principalmente das vítimas de estupro, serem criminalizadas com o seu direito de abortar após a 22.ª semana. Nós sabemos que no nosso país há uma Lei de 1940 no Código Penal que garante o chamado Aborto Legal em três situações, que entra a questão da vítima de estupro. Então, toda gestação que foi vítima de estupro, a segunda situação em que a mulher tem direito a abortar, são quando os fetos são comprovadamente anencéfalos e a terceira e última situação, ocorre quando a última forma de salvar a vida da mãe seja pela interrupção da gravidez”, apontou.

Márcia Viviane Sampaio reforça que alterar a legislação vigente, que garante o aborto nesses casos específicos (estupro; risco de vida à mulher e anencefalia fetal), sem especificar tempo gestacional, prevendo a revitimização da vítima de um crime sexual ao obrigá-la a levar essa gestação adiante é uma insensatez.

A questão é muito mais ampla, pondera Márcia Viviane Sampaio, lembrando que o

Brasil registra índices alarmantes relacionados ao crime de estupro. “... No Brasil, a cada oito minutos, uma mulher é estuprada. É um dado extremamente alarmante se a gente for analisar que dentro deste cenário de mulheres que são vítimas de estupro, tem um grande número de crianças e adolescentes que são vítimas de estupros e muitas vezes os responsáveis por esses estupros estão ligados a sua questão familiar, é o pai ou o padrasto ou tio ou o irmão, alguém que tem um vínculo afetivo e muitas vezes essas crianças e esses adolescentes, demoram muito tempo pra perceber que o fato é um estupro e para perceber que ela está concebendo um outro ser”, sublinhou, chamando a atenção para o fato de que a questão é muito mais abrangente. “O que a gente está tratando aqui não é de um Projeto de Lei, é realmente de um tema muito sensível dentro da comunidade, que é a questão do aborto, fazendo uma confusão, na cabeça da população, porque nós não estamos falando aqui do aborto, que não é garantido por Lei, nos três casos que chamamos de Aborto Legal, já previsto na legislação de 1940, é de uma questão muito mais grave”, apontou.

Para Viviane Araújo Sampaio, depois de 84 anos de vigência da legislação que permite o aborto em casos específicos (estupro, risco de vida da mulher e fetos anencéfalos), ao tentar mudar as normas e estabelecer um prazo para que a gestante decidir pelo aborto, em um país onde as dificuldades para que a Lei vigente seja observada são flagrantes, “nós já vimos o Poder Judiciário fazendo interferências e coagindo vítimas de estupro que não queriam levar aquela gestação adiante, muitas dessas

que são crianças e adolescentes que não tem noção do mal que elas sofreram”, a discussão da PL 1.904/24 é inoportuna e inconsequente.

No entendimento da Enfermeira e vereadora petista conquistense, a proposta em tramitação no Congresso Nacional é um retrocesso que exige a reflexão de que “não é só tratar da questão do aborto, é revitimizar as mulheres”, é chamar a atenção e sensibilizar a sociedade de “que uma mulher que é vítima de um crime sexual, de um crime de estupro, não pode ser penalizada com uma pena maior do que a do seu estuprador. É aquilo que a gente fala: criança não é mãe, adolescente não é mãe e o estuprador, não pode ser pai. A gente precisa levar essas máximas para a sociedade fazer uma reflexão e eu entendo que realmente a sociedade precisa e nós mulheres principalmente, precisamos estar abrindo essas discussões em todos os espaços que a gente tiver oportunidade e todas as formas de diálogo na sociedade, nas próprias Universidades, onde a gente tem formadores de opinião, para com-

bater essas disfunções, porque é uma disfunção desse Projeto de Lei 1.904/24”, argumenta.

Segundo a vereadora petista, o Congresso Nacional que deveria estar preocupado em discutir e aprovar políticas públicas de prevenção ao estupro, de proteção às mulheres, de proteção às crianças e aos adolescentes, ao se debruçar sobre uma proposta que entende ser um retrocesso, “um Projeto de Lei para retroagir à algo que já estava garantido para mulheres e nesses três casos, inclusive, tanto vítimas de estupro quanto fetos anencéfalos e quanto o risco de vida, com a necessidade de salvar a mãe”, promove, na verdade, um processo de sofrimento para a mulher que às vezes não se encontra uma Rede de Apoio, com atendimento psicológico para ela, para os familiares, porque mexe com a questão afetiva.

“A gente precisa trabalhar com a raiz do problema e não criminalizar uma mulher que é vítima de um crime sexual, dando a ela uma pena maior do que a do estuprador”, reafirmou, lamentando que em 2024 esteja sendo discutido um Projeto de Lei, que repetiu, “retrógrado”,

quando a discussão deveria estar sendo feita sobre os indicadores que apontam que no Brasil, a cada minuto, uma mulher é vítima de estupro. “Não é criminalizando a uma mulher que faz o aborto após a 22ª semana de gestação, mesmo sendo vítima de estupro, que vamos resolver este indicador que é tão vergonhoso para um país como o nosso”, refletiu.

A vereadora prosseguiu afirmando que “não é a questão de a gente saber que crianças e adolescentes no nosso país são vítimas de estupros, mas são e que levam tempo para entender esse processo. “A gente precisa saber o que realmente está por trás do Projeto de Lei e entender que se ele for aprovado, não haverá simplesmente uma mudança na Lei, no Artigo da Lei em criminalizar as mulheres. Precisamos ampliar a discussão, a reflexão sobre criminalizar essas mulheres a 20 anos de prisão, pena maior do que a do estuprador, sem fazer reflexão com outros dados, que a gente tem. Então eu creio que é um momento realmente importante para a sociedade fazer esses debates”, disse.

Vozes religiosas se pronunciam sobre a polêmica PL do aborto: Fé e moralidade em debate

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

As opiniões de representantes de religiões sobre o Projeto de Lei do Aborto variam de acordo com a perspectiva de cada religião. Alguns representantes de religiões que são contra o aborto defendem que a vida começa desde a concepção e, portanto, o aborto é considerado um ato moralmente errado. Esses representantes acreditam que a prática do aborto vai contra os princípios religiosos de respeito à vida e ao dom divino da procriação.

Por outro lado, há representantes de religiões que defendem a legalização do aborto em casos específicos, como em situações de risco à vida da gestante, gravidez resultante de estupro ou anomalias fetais graves. Eles argumentam que, em determinadas circunstâncias, a interrupção da gravidez pode ser moralmente justificável e até mesmo um gesto de compaixão pela vida da mulher.

Em resumo, embora muitas lideranças religiosas, sob reserva, prefiram não comentar a proposta que tramita no Congresso Nacional e outros, condenem o uso da Religião para fazer política, as opiniões dos que falam sobre o Projeto de Lei do Aborto variam significativamente, refletindo a diversidade de pensamentos e crenças dentro das comunidades religiosas.

O JS tentou ouvir a opinião de diversos representantes de Religiões (Católica, Evangélicas e de Matriz Africana), mas a maioria não retornou os contatos ou ficou de melhor analisar a proposta para se posicionar, o que não foi feito até o fechamento desta edição.

Três, um Padre Católica, um Pastor Evangélica e uma Sacerdotisa de um Terreiro de Candomblé, concordaram em emitir suas opiniões, contribuindo, dessa forma, para o debate em torno desse tema tão sensível e importante.

Confira.



PE. MARCUS VINÍCIUS SILVA CARVALHO

Administrador da Paróquia Bom Jesus de Brumado, da Diocese Senhora Sant'Ana de Caetité

“Podemos notar a inquietação das bancadas legislativas e do povo mais atento aos jornais, sobre a apuração da Lei que promove a criminalização do aborto. Uma questão que abarca o sentimento nobre resguardado no campo da religião, que preocupa as defesas sociais em prol da vida e acaba por nos lançar às observâncias éticas que encaminham nossas realidades.

É importante considerarmos a aprovação dessa Lei a partir de toda uma gama de considerações! Em propósito de garantirmos os direitos do nascituro e também das gestantes! O ser humano, a cada dia, precisa começar a alcançar a noção de que nossa condição não nos confere todos os poderes. A natureza, os nossos filhos, a guarda até mesmo de nossa consciência é regida pelo Senhor nosso Deus. Tudo o que temos, a nossa volta, está aí para ser cuidado, direcionado a uma rigorosa responsabilidade e em prol de um mundo mais evoluído. Cada criatura sobre essa terra é singular, merece respeito e tem o direito de viver.

Não precisamos esclarecer mais o desastre que um aborto traz na vida de uma mulher, o desajuste de uma família. Já era para termos adquirido a Ciência perante tamanho erro. Imaginemos o horror que é ceifar a vida daquele indefeso que desponta no ventre?

Identificando o estupro, por exemplo, que haja a punição rigorosamente adequada ao malfeitor. Que haja uma Lei que ajude abolir os assassinatos provocados pelos abortos voluntários em nossas comunidades. Assim teremos outras soluções: quem não deseja ficar com seus filhos, que trate de encaminhá-los para os braços de alguém que tenha condições de acolher. Que os flagelados fisicamente, psicicamente e espiritualmente, sejam amparados pelos diversos setores da sociedade que atuam em nome da fé, em nome da Ciência -Medicina, em favor da caridade. Que haja um aceleração nos encaminhamentos nossos a uma sociedade mais livre de violências, livre do egoísmo, livre das prepotências ou da falta de Justiça”.

CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



PR. HENRIQUE FREITAS DE OLIVEIRA

Enfermeiro, Teólogo, Psicólogo, Pastor há mais de 20 anos e há 15 anos pastoreia a Igreja Batista Nacional Candeias em Vitória da Conquista

“Sou pai, sou esposo, sou Enfermeiro de formação, sou Psicólogo de formação, sou Teólogo e nesse momento aqui quero dar a opinião a respeito da vida e do aborto a partir de uma visão Cristã Protestante. A vida para nós começa no ato da concepção, quando o Óvulo é fecundado e a vida embrionária se inicia ali, para nós já existe corpo, alma e espírito. O indivíduo já existe, uma segunda pessoa, todo o direito humano repousa sobre aquele indivíduo e toda fé repousa sobre aquele indivíduo.

O salmista, no Salmo 139, diz que Deus o formou no ventre da sua mãe. Jeremias, Profeta do Antigo Testamento, diz que Deus o separou desde a madre, o ventre da Isabel foi remexido pelo João Batista quando a Isabel escutou a voz da Maria em uma visita domiciliar, então com base na nossa fé e a nossa fé, ela independe da Ciência, ela não faz nenhum casamento com a Ciência, em alguns pontos ela é autônoma, nós acreditamos e dessa forma a fé é absoluta e então a vida ali se inicia, porém, em alguns assuntos que a fé caminha junto com a Ciência e nessa prerrogativa eu queria fazer uma colocação muito importante: a opinião a respeito do aborto não é a fé sozinha, caminhando, mas é a fé de mãos dadas com a Ciência a respeito da vida e da morte quando o assunto é aborto.

Primeiro, não existe, do ponto de vista científico biológico, uma data, um mês, um dia que diga que a vida começa a partir daqui, existe uma divergência do ponto de vista científico a respeito da Biologia, quando que a vida começa, se não existe um ponto pacífico do ponto de vista da Biologia, porque que o Direito se apropria agora em dizer a respeito disso? A gente precisa parar para pensar a respeito disso. Deixando a questão da Biologia, a fé também abraça a Psicologia, e a Psicologia abraçada com a fé na questão do aborto, diz que traumas da nossa vida, que vivemos na vida adulta, eles se desenvolvem a partir de uma Vida Intrauterina também, assim como pessoas tem várias patologias e comorbidades em sua vida emocional e sentimental que começaram ainda em uma Vida Intrauterina, ou seja, o ser humano começou a viver do ponto de vista psicológico, lá no ventre da sua mãe.

Mas deixando agora o ponto de vista da Psicologia e também o ponto de vista da Biologia, a gente também tem o ponto de vista da Sociologia, ou ninguém prepararia um enxoval, daria nomes e direitos a uma mulher grávida porque carrega outro ser no ventre. Nós não teríamos um senso coletivo de vida, e aí vem novamente a Psicologia com a Sociologia dizer que existe um senso coletivo, uma crença coletiva, que existe uma Vida Intrauterina e por isso se celebra a gravidez. Por isso se acompanha uma gestação dando nomes e lugares a respeito daquela criança que vai nascer.

Então, como um religioso, eu não falo apenas a respeito da fé, mas eu falo que nesse momento a fé anda de mãos dadas também com a Ciência a favor da vida. O aborto para nós, então, é um assassinato. Tirar uma vida é algo inerente apenas a pessoa de Deus, ele sim tem poder para dar e para tirar uma vida. Esse assassinato de crianças, não pode ser legalizado usando um argumento isolado, não existe ainda nenhum estudo epidemiológico que prove que colocando Clínicas legalizadas de aborto nós vamos deixar de ter os abortos ilegais, não existe esse dado. Também não existe nenhum dado epidemiológico ainda, fazendo jus aos efeitos que o aborto causa na vida de uma criança que aborta, a gente novamente apela para a Psicologia porque danos terríveis do ponto de vista emocional são causados nas mulheres que fazem aborto.

Há muitas vertentes contra o aborto e a gente precisa trazer essa discussão à tona. Nós [Cristãos Protestantes] somos veemente contra o aborto, contra o assassinato de crianças na vida uterina, espero que a sociedade traga esse assunto para a lógica, para o bom senso, que nós não sejamos levados dentro de uma colocação de maioria indo pela enxurrada, que não é nem a maioria, é uma minoria que consegue manipular uma maioria, seria o efeito manada? Não, a gente não pode deixar esse assunto cair para o efeito manada, nós precisamos, de fato, de verdade, trazer esse assunto à luz, não apenas discutindo um assunto isolado do estupro, a gente precisa tirar o emocionalismo, trazer isso para a racionalidade, respeitando todos os pontos de vista, inclusive da fé”.

“Eu como mulher negra, como mulher lésbica, como líder religiosa, de uma Comunidade Tradicional de Quilombo, de Religiosos e Terreiros de Candomblé, sou a favor da legalização do aborto que não é a mesma coisa que ser a favor do aborto. Por quê? Porque se o Governo legalizar o aborto, a mulher vai ter uma equipe multidisciplinar para acompanhá-la. E quem sabe, futuramente, daqui dois ou três meses ela decida não tirar o feto. Então na minha concepção, também como mulher da área de Saúde, a vida só começa depois que nasce. A hora que passa ao bebê ter alma, é a partir do nascimento. Então até na barriga, é um feto. Então, enquanto isso, na minha concepção, nessa minha concepção religiosa de Candomblé, não é uma vida diretamente, uma vida com espírito, é um ser que está ali dentro. Ser sem alma, sem espírito. É o que eu entendo.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



IALORIXÁ ROSILENE DOS SANTOS SANTANA SOUSA

Ialorixá de Oxum, iniciada no Candomblé há mais de 20 anos, na Nação Ketu, de Vitória da Conquista.

Porque quem primeiro aborta é um homem, quando a mulher diz que está grávida e ele diz que não é dele, que ele não assume. Aí você vai dentro da Defensoria Pública para você ver a quantidade de casos que tem de mulheres pedindo pensão. Porque o cara diz que não é dele ou que ele não tem responsabilidade. Isso é um aborto. Quando você nega seu filho, isso nega seu filho já vivo. Não é só dor na barriga, nem do Útero da mulher. Então mais uma vez eu repito, eu sou a favor da legalização e esse PL tem que sair, porque quem é esse cara (Deputado) para falar disso? Quem é esse cara para falar do meu corpo, do corpo de qualquer outra mulher? Nós temos direito ao nosso corpo. Sempre fomos discriminadas por ser mulher. E principalmente por ser mulher preta. Porque quando a gente era estuprada não dizia que aquele filho era do Senhor de Engenho, de um homem branco, Quando a gente dizia que estava grávida, a gente era forçada a abortar, inclusive com mão dentro do Útero, da Vagina para puxar essa criança. E aí a mulher ficava infértil, e foi quando colocou o nosso nome de mulata, que vem de mula, porque a mula não pare, ela é infértil.

Dentro do Candomblé tudo é vida. A água é vida, as ervas são vida, a nuvem é vida, tudo que é natureza, é vida. Mas eu tenho direito de escolher o que eu quero dentro da minha casa ou não, eu tenho o direito de escolher se eu vou querer tomar água ou não. Então essa visão de aborto, essa prática, é feita a milhões e milhões de anos, assim como acontece com mulheres casadas também, que já foram estupradas e tem que parir até onde o homem quer que sempre aconteceu isso. E mais uma vez dizendo ou pare ou não quero filho que o filho não é meu é uma violência muito grande contra a mulher, muito grande mesmo. Então, na minha concepção religiosa, eu como mulher de Oxum, filha de Oxum, a Deusa da Fertilidade, a Deusa do Amor, mas eu tenho o direito de escolher e isso não é uma questão religiosa, é uma questão de Saúde Pública. Eu tenho várias amigas que morreram provocado por aborto clandestino. Eu tenho amigas que abortaram tomando medicações que são caríssimas vendidas para o aborto, sem receita médica, sem orientação nenhuma e perderam a vida. E quando chega no Hospital, ainda tem isso de dizer que você tem que morrer, porque você abortou em pleno século 21”.

COLABORARAM:
HEMILLY DIAS
GABRIELA COSTA MATIAS
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Peeling de Fenol: Dermatologista explica riscos, cuidados e os mitos e verdades sobre o procedimento que matou um empresário em São Paulo

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Uma pesquisa divulgada em Novembro do ano passado pela Sociedade Brasileira de Dermatologia apontou um crescimento de 390% na busca por procedimentos estéticos no Brasil. O levantamento, que ouviu 1,2 pessoas, revelou que cerca de 80% dos entrevistados já haviam se submetido a algum procedimento não invasivo.

De acordo com os dados da Sociedade Brasileira de Dermatologia, no Nordeste, o crescimento dos procedimentos de harmonização facial está em torno de 50% desde 2022. Dentre os entrevistados pela pesquisa, 15% manifestaram interesse em passar por algum ajuste facial no futuro.

Outro dado importante vem da Grand View Research (Empresa de Tecnologia em Pesquisa de Mercado e Consultoria de Gestão sediada na Índia e nos Estados Unidos), que aponta o mercado global de Medicina Estética como um dos mais valiosos, avaliado em US\$ 99,1 bilhões [cerca de R\$ 550 bi na cotação atual] em 2021, e a previsão para os próximos anos é uma taxa de crescimento de 214,5% entre 2022 e 2030.

A exposição convulsiva nas redes sociais, que cria uma pressão social para que todos sigam padrões de beleza, tem feito, diariamente, com que as pessoas busquem por uma estética perfeita, o que fica evidente nas camadas de filtros usados por usuários das redes sociais, pela

crescente indústria de cosméticos, pela quantidade de Clínicas Estéticas que têm sido abertas e pelo alto número de profissionais no meio.

E um dos procedimentos cuja busca tem crescido no Brasil é o Peeling de Fenol, que consiste na aplicação de Ácido sobre a cútis do rosto e promete um rejuvenescimento de até 25 anos. O procedimento ganhou visibilidade com o recente caso do empresário paulista Henrique Silva Chagas, de 27 anos, que morreu no último dia 3 de junho, ao ser submetido ao Peeling de Fenol, reacendendo a discussão sobre os limites de atuação de profissionais não médicos na realização de Procedimentos Estéticos.

Para falar sobre os riscos, cuidados, mitos e verdades sobre o Peeling de Fenol, o JS entrevistou com exclusividade a Médica Dermatologista Monique Neyre Moraes Silva Gomes que sublinhou a importância dos procedimentos estéticos, o Peeling de Fenol especificamente, ser feito exclusivamente por profissionais Médicos capacitados, especialmente os Dermatologistas, e ser aplicado em ambiente estruturado para imediata intervenção de suporte à vida, em caso de eventuais intercorrências.

Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: Quais procedimentos Dermatológicos podem ser feitos em Clínicas e o que deve ser feito obrigatoriamente em ambiente hospitalar?

DRª MONIQUE NEYRE: Temos que ter em mente quais procedimentos podem ser feitos em Consultório ou Ambiente Hospitalar. Em Hospital são Procedimentos Cirúrgicos como Plásticas Facial e/ou Corporal, e Peeling de Fenol em toda face, isso para ter mais segurança. Já em Consultório, podem ser feitos Peeling Simples (superficiais e médios), Botox, Preenchimento, Fios, Estímulo de Colágeno, Tratamento Capilar, Microagulhamento.

JS: Quais são as especialidades médicas capacitadas para realizar os procedimentos?

DRª MONIQUE NEYRE: Na teoria os profissionais deveriam ser somente da área da Saúde, dentre eles Médicos, Dermatologista, Cirurgiões, Oftalmologista.

JS: Refletindo sobre um caso recente de grande repercussão, que resultou na morte de um empresário paulista submetido a um Peeling de Fenol, a Influencer que realizou o procedimento disse que fez um curso online, que teria sido oferecido por uma Farmacêutica. Esses profissionais podem realizar esses procedimentos ou oferecer cursos sobre eles?

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



DRª MONIQUE NEYRE: Minha opinião é que todo profissional deve ser capacitado com cursos presenciais, e este feito de Médico para Médico. No caso ocorrido, a pessoa envolvida não era profissional da Saúde, ou seja, aumen-

tou os riscos de complicações.

JS: É possível oferecer cursos para este tipo de procedimento de forma online?

DRª MONIQUE NEYRE: É possível sim, exis-

tem vários, até para nós Médicos. Mas, eu como profissional, prefiro cursos presenciais, acho que você ver, tocar no paciente, discutir com professor capacitado, tirar dúvidas naquele momento faz toda diferença na execução



Profissional da Beleza, não Médico deveria realizar somente Depilação, Massagem, Limpeza de Pele, procedimentos não invasivos, diferente do que vemos hoje

JS: Até onde vai o trabalho de um Profissional de Beleza e onde começa um trabalho que tem que ser feito por um Profissional Médico?

DRª MONIQUE NEYRE: Profissional da Beleza não Médico deveria realizar somente Depilação, Massagem, Limpeza de Pele, procedimentos não invasivos, diferente do que vemos hoje, que não Médicos realizam procedimentos com dispositivos tipo agulha e produtos que podem ter risco, sendo que os mesmos não são capacitados para tratar.

JS: A senhora poderia explicar o que é Peeling de Fenol e como ele é realizado?

DRª MONIQUE NEYRE: Peeling de Fenol, é um procedimento que utiliza uma substância química com capacidade de penetração profunda, com objetivo de rejuvenescimento. Este é o único Peeling Profundo que existe, e sendo assim, possui propriedades muito boas para a melhora de rugas profundas, que outros procedimentos não tratam, porém deve ser feito com todo cuidado por ser Cardiopéssimo, Hepatopéssimo e Nefropéssimo. Quando feito na face toda somente em Centro Cirúrgico,

quando realizado por parte, somente ao redor dos olhos ou ao redor da boca e com uma técnica correta e produto correto pode ser feito em Consultório sem risco.

JS: Quem são os profissionais legalmente aptos a realizar o procedimento? Por quê?

DRª MONIQUE NEYRE: Legalmente são os Médicos, porque são estes profissionais que estudaram o corpo humano como todo, e quando especializados como Dermatologista, estudam com mais propriedades a pele.



Dentre os efeitos colaterais (da aplicação do Peeling de Fenol), quando realizado principalmente na face toda, são Arritmias Graves imediatamente após procedimento, ou problemas Renais e Hepáticos dias após

JS: Quais os possíveis efeitos colaterais que o procedimento pode provocar no paciente e quais os cuidados que o profissional e o paciente devem ter antes e depois?

DRª MONIQUE NEYRE: Dentre os efeitos colaterais, quando realizado principalmente na face toda, são Arritmias Graves imediatamente após procedimento, ou problemas Renais e Hepáticos dias após. Dentro os cuidados antes realizar Exames de Sangue, Eletrocardiograma, e depois toda uma assistência diariamente que paciente manda fotos da evolução.

JS: Há algum caso em que o procedimento seja contraindicado? Qual ou quais seriam?

DRª MONIQUE NEYRE: Contraindicação: Gestação, Doença Autoimunes, pacientes em Tratamento Quimioterápico, Doenças Hepáticas, Doenças Renais, Doenças Cardíacas e Lactantes.

JS: Qual a duração do procedimento e de que maneira ocorre o acompanhamento médico?

DRª MONIQUE NEYRE: Procedimento relativamente rápido, mas que requer ser realizado com cautela, sendo que não pode ser aplicado na face de vez, e sim por áreas naquele mesmo momento. E Monitoramento Médico, como disse, deve ser diariamente até que toda crosta caia, e depois quinzenalmente, por um período.

JS: A senhora confirma que o Peeling de Fenol é um processo doloroso e que o paciente deve estar bem nutrido.

DRª MONIQUE NEYRE: É um procedimento bem tolerado no ato, feito tecnicamente.

JS: O paciente, durante e após o procedimento, precisa fazer uso de algum medicamento?

DRª MONIQUE NEYRE: Medicação antes ou depois não é uma regra, isso depende de cada paciente.

JS: Gostaríamos que a senhora definis-

se, por gentileza, o que é Verdade e o que é Mito sobre as seguintes questões envolvendo o Peeling de Fenol:

1. O resultado do procedimento (Peeling de Fenol) demora a aparecer?
Mito e verdade. Resultado final em 6 meses, mas com 15 dias já observamos uma boa melhora.
2. O Peeling de Fenol só pode ser feito no rosto?
Verdade. Fenol somente na face sim.
3. O procedimento rejuvenesce 20 anos?
Verdade, em parte. Rejuvenesce até 20 anos, não é uma regra, depende da capacidade de cada pele de ser regenerar rapidamente.
4. Existe "Fenol" light?
Verdade. Fenol light existe sim, uma técnica que é considerada Peeling Médio e não profundo com Fenol com Cróton.



(...) Não deixem se iludir por fotos de antes e depois nas redes sociais ou por perfis com muitos seguidores, nem tudo que mostram são verdade. Vejo que hoje pacientes buscam copiar fotos que viram na internet, mas a expectativa versus realidade não é igual a todos



JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

DR^a MONIQUE NEYRE: Diante do ocorrido (morte do empresário paulista), devemos sempre

procurar profissionais capacitados, e este Médicos, para realização de procedimentos profundos e invasivos. Não deixem se iludir por fotos de antes e depois nas redes sociais ou por perfis com

muitos seguidores, nem tudo que mostram são verdade. Vejo que hoje pacientes buscam copiar fotos que viram na internet, mas a expectativa versus realidade não é igual a todos

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



MONIQUE NEYRE MORAIS SILVA GOMES

Médica Dermatologista

ATENDE:

Em Livramento de Nossa Senhora:

Clínica Médica Santa Helena
Rua Godofredo Chaves, nº 10A – Centro
(77) 99821-1126

Em Brumado:

Centro Médico Dr. Mário Meira
Rua Joana Angélica, 148, Centro, Brumado
(77) 99872-8102

Instagram: @dra.moniqueneyre

Graduada em Medicina com Pró-Graduação em Dermatologia pela Universidade Iguazu (Nova Iguaçu/RJ)

COLABOROU:
HEMILLY DIAS

Jornalismo@jornaldosudoeste.com

UM CONSULTÓRIO DE
**ENDOCRINOLOGIA EM
BRUMADO**
para chamar de seu!

NATHALE PRATES
ENDOCRINOLOGIA

Atendimento de
Segunda a Sexta

Confira nossos
horários

HORÁRIOS DE Atendimento

Segundas-Feiras	MANHÃ
Terças-Feiras	MANHÃ
Quartas-Feiras	TARDE
Quintas-Feiras	MANHÃ E TARDE
Sextas-Feiras	MANHÃ

Rua Coronel Paulino Chaves, 255
Centro | Brumado - BA
Clínica ProBeauty.
(Prox. a Praça do Jurema)

Agendamento de consultas
Via WhatsApp
(71) 99209-7355

DRA. NATHALE PRATES
• ENDOCRINOLOGIA •

Imunossensor detecta presença de bactérias em mão humana

Unicamp e Centro de Pesquisa de Campinas criam dispositivo para detectar a presença do Staphylococcus Aureus na pele

PAULA PENEDO – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO/UNICAMP

<https://www.jornal.unicamp.br/>

Pesquisadores da Unicamp e do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) desenvolveram um Imunossensor Eletroquímico capaz de detectar a presença da bactéria *Staphylococcus Aureus* na pele da mão humana. A tecnologia foi criada no doutorado do cientista da computação Henri Alves de Godoy, realizado na Faculdade de Tecnologia (FT) de Limeira, com resultados publicados no periódico *ACS Infectious Diseases*, da Sociedade Americana de Química. O objetivo do dispositivo é contribuir para a redução de casos de infecção em ambientes hospitalares que, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são responsáveis por mais de 45 mil mortes de brasileiros todos os anos.

O aparelho consiste em uma pequena plataforma feita de Nanobastões de Óxido de Zinco – composto químico amplamente utilizado em Imunossensor es devido à sua Biossensibilidade – e impregnada com um anticorpo contra o *Staphylococcus Aureus*. Esse tipo de Biossensor vem ganhando bastante espaço na Medicina. Um exemplo muito conhecido é o Glicosímetro, que mede os níveis de Glicose no Sangue de forma rápida e precisa. No caso do Imunos-

O Imunossensor tem potencial de aplicação que vai desde a monitorização de superfícies e dispositivos hospitalares até dar suporte a Programas de Educação de Profissionais da Saúde quanto à forma correta de higienizar as mãos. “Uma possibilidade seria, no futuro, distribuir totems com esses equipamentos nos Hospitais, da mesma forma com que foi disponibilizado álcool em gel durante a pandemia. Dessa forma, seriam apresentadas informações ao usuário de maneira mais amigável, como uma luz vermelha ou verde, para que o profissional possa verificar a presença das Bactérias com mais facilidade e rapidez”, exemplifica o pesquisador.

O desenvolvimento de um dispositivo prático para a detecção de *Staphylococcus aureus* no ambiente hospitalar foi proposto pelo Nefrologista Rodrigo Bueno de Oliveira, docente da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp. Em sua prática profissional, o Médico observou uma frequência alta de infecções causadas por essas Bactérias devido ao emprego de Cateteres utilizados como via de acesso vascular em sessões de Hemodiálise. Com isso em mente, Oliveira entrou em contato com o Engenheiro Eletricista Rangel Arthur, docente da FT e orientador de Godoy, propondo a elaboração de uma tecnologia que



FOTO: ANTÔNIO SCARPINETTI

O pesquisador Henri Alves de Godoy: Imunossensor monitora superfícies e dispositivos hospitalares quanto à presença de bactérias.

sensor desenvolvido por Godoy, aplica-se uma amostra líquida da Bactéria, ou um Swab – Cotonete Estéril – previamente friccionado na mão

do profissional, na extremidade da Plataforma. Os resultados são apresentados por meio de gráficos em um aplicativo de celular.

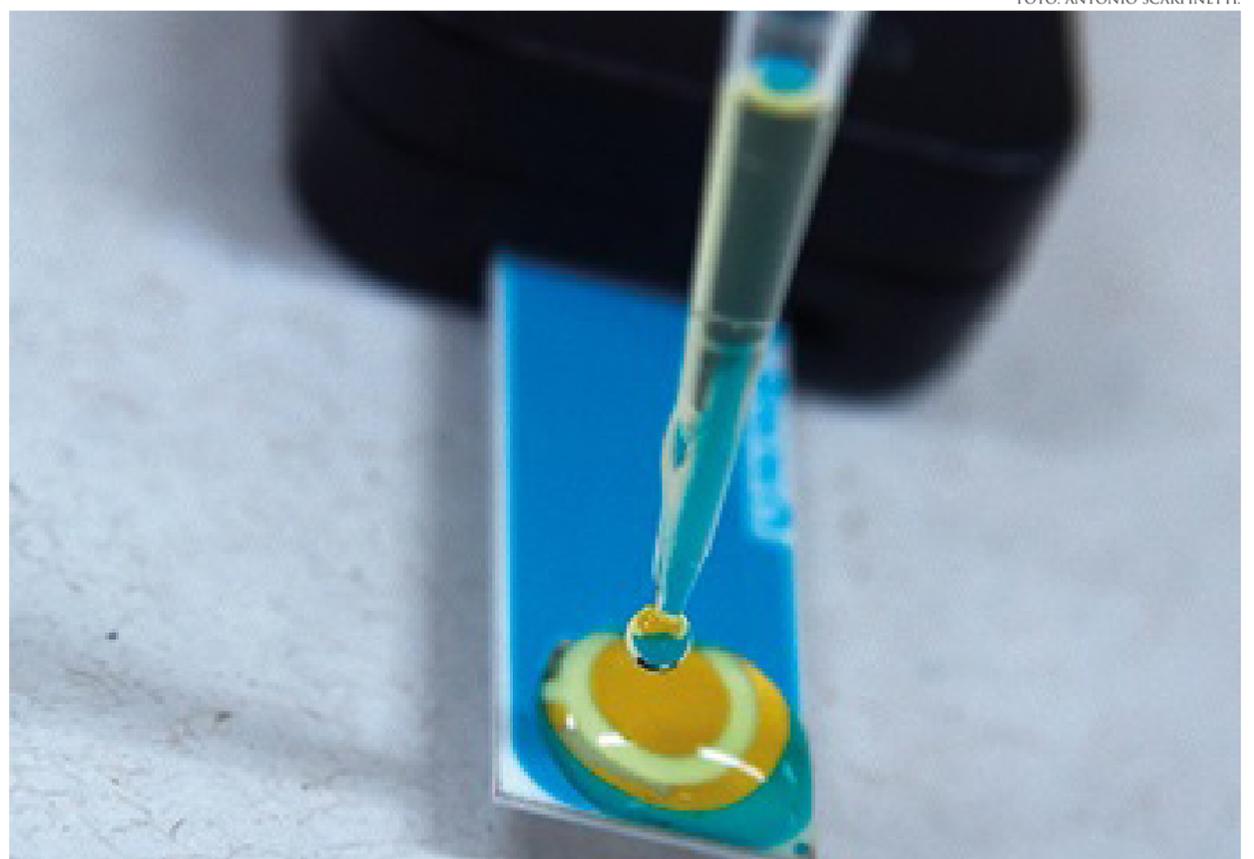


FOTO: ANTÔNIO SCARPINETTI

Amostra líquida entra em contato com o dispositivo projetado para detectar micro-organismos.

reunisse conhecimentos de Engenharia, Química e Informática.

Os experimentos realizados em Laboratório confirmaram a sensibilidade do dispositivo para a detecção de uma faixa que vai de mil Bactérias por mililitro – nível considerado normal – até 100 milhões de Bactérias por mililitro, em um tempo de até 30 minutos. Embora ainda demande um período de espera, esse é um avanço em relação aos métodos tradicionais de detecção de Bactérias, que demoram entre 24 horas e 7 dias para apresentar o resultado da cultura celular. Oliveira explica que o aparelho continua em fase de protótipo e que a ideia é aprimorá-lo para apresentar re-

sultados em menos tempo e com uma faixa de aplicações maior.

Os experimentos realizados em Laboratório confirmaram a sensibilidade do dispositivo para a detecção de uma faixa que vai de mil bactérias por mililitro – nível considerado normal – até 100 milhões de bactérias por mililitro, em um tempo de até 30 minutos. Embora ainda demande um período de espera, esse é um avanço em relação aos métodos tradicionais de detecção de Bactérias, que demoram entre 24 horas e 7 dias para apresentar o resultado da cultura celular. Oliveira explica que o aparelho continua em fase de protótipo e que a ideia é aprimorá-lo para apresentar re-

sultados em menos tempo e com uma faixa de aplicações maior.

“Além da análise de mãos, poderiam ser feitas avaliações de instrumentais cirúrgicos ou de medidas de assepsia de uma equipe de Saúde”, comenta Oliveira. “A tecnologia ainda pode ser adaptada para outras Bactérias que também causam Infecções Hospitalares, como as Gram Negativas, que são um grande problema na Medicina atual. Por exemplo, ao se conhecer a Epidemiologia de um Centro Hospitalar, seria possível adaptar o dispositivo para detectar as principais bactérias que causam infecções naquele local”, afirma o professor.

Perspectivas futuras

Apesar de fazer parte da Microbiota Natural da Pele, o *Staphylococcus aureus* é uma das centenas de Bactérias causadoras de Infecções Hospitalares devido ao seu perfil de resistência

a antibióticos. Diante de um paciente fragilizado e com as barreiras de defesa enfraquecidas, cria-se um cenário perfeito para a contaminação, especialmente porque o Patógeno pode

sobreviver por várias horas na pele humana. Dessa forma, basta a pessoa encostar em uma superfície contaminada para se tornar um vetor da transmissão.

FOTO: ANTÔNIO SCARPINETTI.



Talita Mazon, Rodrigo Bueno de Oliveira (ao centro) e Rangel Arthur: Pesquisadores que colaboraram com Godoy esperam aprimorar o aparelho.

Mesmo com esse risco, os autores ainda não haviam encontrado na literatura científica um dispositivo que utilizasse Nanobastões de Óxido de Zinco para a detecção rápida do *Staphylococcus aureus* nas mãos humanas, o que torna essa uma tecnologia inédita na área. A Química Talita Mazon, que atua como Tecnologista Sênior do CTI, explica que existiam trabalhos de detecção de Bactérias em alimentos e na água, mas as mãos eram negligenciadas nas pesquisas apesar de muitas pessoas não as higienizarem corretamente.

Foi Mazon quem sugeriu o desenvolvimento do dispositivo por meio de um Imunossensor Eletroquímico. No CTI, a Cientista já havia trabalhado com esses Biossensores para a detecção de Vírus Zika, Câncer e Doenças Neurológicas, o que a levou a cogitar a possibilidade de fazer o mesmo com as Bactérias. Nos

desenvolvimentos iniciais, os Pesquisadores empregaram uma tecnologia para produção da Base Sensora desenvolvida no próprio CTI. No entanto, durante a pandemia, essa base precisou ser substituída por uma importada, porque não havia, no Brasil, mão de obra disponível, devido às dificuldades impostas pelo distanciamento físico.

“Esse foi um desafio que não estávamos esperando, porque a Base Sensora importada apresenta pequenas variações de Corrente Eletroquímica que dificultavam a reprodutibilidade das análises”, lamenta. “Além disso, cada Base Sensora importada custa cerca de R\$ 50. Mas, se mandarmos produzi-las em qualquer empresa nacional de placas de circuito impresso usando nossa tecnologia, essas bases podem custar entre 30 e 50 centavos. Agora, estamos em contato com alguns fornecedores

nacionais para voltarmos a fabricar as Bases Sensoras utilizando a tecnologia de Placas de Circuito impresso em larga escala”, revela Mazon.

O próximo passo para o aprimoramento do dispositivo consiste em torná-lo mais amigável para o usuário – uma vez que os gráficos gerados não são legíveis para o público leigo – e em testar sua reprodutibilidade. Além disso, ainda é preciso validar o conceito em um ambiente hospitalar, o que não foi possível até agora porque o sensor é de uso único, sendo necessária sua produção em larga escala. “O importante é a busca de parceiros. Agora é o momento de entender qual seria o interesse de empresas em investir na área para pensarmos não só em testes hospitalares da tecnologia, mas também em ampliar o número de bactérias que poderíamos detectar”, conclui Arthur.



Marlito Lacerda
CONTABILIDADE.

Rua CEL. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
EDF. João A. Lacerda - Centro - CEP - 46100 - 000
Email: marlito@marlitocontabilidade.com.br
Instagram - @contabilidademarlitolacerda

www.marlitocontabilidade.com.br

Brumado - Bahia
Setor Contábil - (77) 998444654
Setor Fiscal - (77) 998436634
Setor Pessoal - (77) 999251133

Exclusivo: Médica Hematologista conquistense fala sobre diagnóstico e tratamento da Leucemia

GABRIELA OLIVEIRA

reportagem@jornaldosudoeste.com

Caracterizada por febre, suores noturnos, perda de peso, aumento dos Linfonodos [estruturas ovóides, pequenas e encapsuladas, localizadas no caminho dos Vasos Linfáticos, que fazem parte do Sistema Imunológico e atuam como filtros], aumento do Baço, cansaço, anemia, sangramentos, manchas roxas na pele e dor nos ossos, a Leucemia é um tipo de Câncer no Sangue que surge na Medula Óssea, provocando a produção descontrolada de Leucócitos, também chamados de Glóbulos Brancos, que são as células do nosso Sistema Imunológico responsáveis pelo combate aos

germes invasores e substâncias estranhas.

Existem doze tipos de Leucemias que podem atingir pessoas de todas as idades e se manifesta nas formas Crônicas e Agudas: Leucemia Mieloide Aguda (LMA), Leucemia Mieloide Crônica (LMC), Leucemia Linfocítica Aguda (LLA), Leucemia Linfocítica Crônica (LLC). O tratamento depende da gravidade da doença, os Transplantes e Quimioterapias são indicados para pacientes que apresentam quadros de Leucemias Agudas.

Desses tipos, os mais comuns em crianças é a Leucemia Linfoide Aguda, e nos adultos,

a Leucemia Mieloide Aguda. As duas formas apresentam rápida evolução e possuem maiores chances de cura se identificadas de maneira precoce. No Brasil, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), em 2024, a perspectiva é de 11.540 novos casos de Leucemia. No país, ocorreram 6.738 mortes pela doença em 2020, o que equivale a cerca de 3 mortes a cada cem mil brasileiros. O tratamento depende da idade do paciente e de fatores de risco, a localização rápida de um doador é fator decisivo para a cura em certos casos.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



Médica Hematologista Luanna Silva Nunes.

A doação de Medula Óssea é de extrema importância para a cura da Leucemia e de outras doenças do Sangue, como pontua a Média Hematologista conquistense Luanna Silva Nunes, acrescentando que a necessidade de conscientização da população para a doação de Medula Óssea, que pode ser a única esperança de cura, principalmente quando outros tratamentos não são eficazes. Ao receber células saudáveis de um doador compatível, o paciente com Leucemia pode ter a chance de reconstituir o seu Sistema Imunológico e ter uma nova chance de vida, observa a Médica.

Para falar sobre o assunto, a reportagem do

JS entrevistou, com exclusividade, a Médica Hematologista conquistense Luanna Silva Nunes. Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: O que é Leucemia e quais os principais tipos?

DR^a LUANNA NUNES: A Leucemia é uma doença da Medula Óssea. Que é o Tutano do Osso, e acontece quando começa a proliferar dentro da Medula as células muito jovens, células anormais, que passam a impedir o funcionamento normal da Medula na produção do sangue. Então quando o paciente tem a Leucemia Aguda, que é a mais famosa e a mais temida,

observa-se a proliferação dessas Células Jovens, chamadas Blastos, que são Células Imaturas, de forma muito rápida. Então, às vezes, o paciente estava bem um mês atrás e no próximo mês ele já está doente, em virtude da Leucemia que acontece bem rápido. Então essas são as Leucemias Agudas. Temos também as Leucemias Crônicas, que são doenças mais assintomáticas e muitas vezes estão presentes durante meses ou até anos com o paciente. E a gente consegue percebê-la em exame de rotina. Mas, às vezes, ela não dá sintoma, ela é mais frequente. Então (Leucemia Crônica) não é grave como a Leucemia Aguda. Que é mais temida.



Não existe uma causa específica para a Leucemia. Na maioria das vezes são mutações genéticas que o paciente adquire de forma aleatória.

JS: Quais são as causas da Leucemia e quais os principais fatores de risco?

DRª LUANNA NUNES: Não existe uma causa específica para a Leucemia. Na maioria das vezes são mutações genéticas que o paciente adquire de forma aleatória. Então, no decorrer da vida, quando a gente tem a produção fisiológica do sangue, eventualmente produzimos células defeituosas, isso acontece tanto em Câncer no Sangue quanto no Câncer Sólido, como no Câncer de Mama. E muitas vezes o organismo não consegue eliminar essa célula doente, que passa a se proliferar, e daí que se origina o Câncer. Então na Leucemia é basicamente isso. A gente tem uma célula doente que pode acontecer com qualquer pessoa. E ela

passa a se proliferar gerando a doença. Quanto ao fator de risco? Não existe um fator que seja decisivo para definir uma causa de uma Leucemia ou qualquer outra doença no sangue. Mas há também alguns fatores que podem ocasionar a doença. Por exemplo, pacientes que já fizeram Quimioterapia Prévia, Radioterapia, tiveram contato com Radiação, Agrotóxico. Então esses são fatores externos que predisõem ao surgimento de doenças genéticas.

JS: Quais são os primeiros sinais e sintomas característicos da Leucemia?

DRª LUANNA NUNES: Nas Leucemias Agudas, que são elas que vão dar os sintomas basicamente, os sintomas estão relacionados

à falência medular, que é quando a gente não consegue mais produzir o sangue. Então é a palidez, por conta da anemia; fraqueza, cansaço, mancha roxa, por conta das Plaquetas Baixas, sangramentos e febre ou infecções. Esses são os principais sintomas.

JS: Como é feito o diagnóstico?

DRª LUANNA NUNES: O diagnóstico é feito através de exames específicos, que é o Exame da Medula, que é o Mielograma, Biópsia e um exame que é a Imunofenotipagem, nele a gente consegue identificar o tipo da Leucemia. Só que o Exame de Triagem, que é o principal, que nos leva a suspeitar da Leucemia é o Hemograma.



Tem alguns tipos (de Leucemia) que são muito raros que são hereditários, mas é muito, muito raro

JS: A Leucemia é uma doença hereditária?

DRª LUANNA NUNES: Tem alguns tipos que são muito raros que são hereditários, mas é muito, muito raro. Então na maioria das vezes a gente não conta como um fator hereditário.

JS: A Leucemia pode ser confundida com outra doença e prejudicar o Diagnóstico?

DRª LUANNA NUNES: A Leucemia pode sim ser confundida (com outra doença), por

que ela costuma dar alteração no exame de sangue, que é a Anemia, Plaqueta Baixa e a Imunidade Baixa ou a Imunidade Alta. Então toda vez que pegamos um exame que possa sugerir que têm essas alterações, nós temos de investigar outras coisas. Como a falta de vitaminas, doenças na Tireoide, uso de medicação, falta de vitamina B12, doenças no Baço, Leishmaniose, HIV, Doenças no Fígado. Tudo isso entra com o diagnóstico diferencial, mas

é difícil a gente confundir, por exemplo, uma Leucemia porque ela surge muito rápido e ela tem achados específicos no Hemograma, que são as presenças das Células Imaturas, que são os Blastos. Quando não aparece, só tem a Imunidade Baixa e Plaqueta Baixa, a gente faz os exames para afastar outras causas. Quando dá tudo normal a gente faz o Exame da Medula, que aí não tem dúvida do diagnóstico.



...a Leucemia não tem como prevenir, nem saber se você vai ter ou não, nem fazer exames periódicos e de rotina também não ajuda no diagnóstico

JS: Tem como prevenir a Leucemia?

DRª LUANNA NUNES: Não, a Leucemia não tem como prevenir, nem saber se você vai ter ou não, nem fazer exames periódicos e de rotina também não ajuda no diagnóstico. O paciente pode fazer os exames e estar bem e com duas ou três semanas ter a doença.

JS: Onde se deve procurar ajuda Especializada para que se defina a melhor rota terapêutica? Quais são as principais formas de tratamento disponíveis para o paciente com Leucemia?

DRª LUANNA NUNES: Quando existe a suspeita de Leucemia, Leucemia Aguda, Leucemia Crônica, o paciente tem que ser avaliado pelo Hematologista. A partir daí, de acordo com os achados e exames, ele vai definir qual o melhor

exame para fazer o diagnóstico. Na maioria das vezes é o Exame da Medula que a gente vai fazer para definir. E aí, a depender da idade do paciente, se ele tem comorbidade, qual o tipo da Leucemia, a gente vai indicar ou internamento para fazer tratamentos mais agudo, com Quimioterapia, ou ele pode ser encaminhado para os serviços ambulatoriais, que também fazem o tratamento de Leucemia.



Para as Leucemias Crônicas a gente não fala que existe cura, tem tratamento e na maioria das vezes o paciente vive bem com a doença e tem uma mortalidade baixa.

ENTREVISTA LEUCEMIA

JS: Existe chance de cura?

DRª LUANNA NUNES: Existe. Para as Leucemias Crônicas a gente não fala que existe cura, tem tratamento e na maioria das vezes o paciente vive bem com a doença e tem uma mortalidade baixa. As Leucemias Agudas são mais complicadas para tratamento e tem uma mortalidade maior. Mas elas são sim tratáveis e podem ser curadas tanto com a Quimioterapia, e o tratamento que a gente considera hoje em dia como o tratamento de cura, que é o transplante de Medula Óssea.

JS: Quando o transplante de Medula Óssea é recomendado?

DRª LUANNA NUNES: O transplante pode ser recomendado, na maioria das vezes, para as Leucemias Agudas. Para as Leucemias Crônicas, a gente nunca utiliza. Para as Leucemias Agudas não são todos os pacientes que tem a indicação. Normalmente são os pacientes mais jovens, com menos de 65 anos, ou que não tenha nenhuma comorbidade que impeça o tratamento, ou naqueles que tem uma Leucemia mais agressiva, que a gente define de acordo com os exames que a gente faz durante o diagnóstico, para saber se é aquele paciente tem uma doença mais grave, um prognóstico pior. Então não é todo mundo que faz o transplante para Leucemia, principalmente na primeira linha, que é o primeiro tratamento. Mas, caso ele tenha falhado no primeiro tratamento, sempre precisa do transplante.

JS: O transplante pode ser realizado em qualquer idade? Quem são potencialmente os principais doadores?

DRª LUANNA NUNES: Todo mundo pode ser doador de Medula, mas geralmente, a gente procura um paciente próximo, a gente vai procurar um doador para o transplante, os pa-

rentes de primeiro grau. Então para ser compatível, normalmente, é irmão. Irmão do mesmo pai e da mesma mãe. Tem uma modalidade de transplante, uma modalidade mais nova, que consegue fazer com um doador que seja 50% compatível. Ele consegue fazer com a mãe, pai, alguns irmãos ou um filho, caso o paciente tenha, então pode ser doador. Agora a chance, por exemplo, de procurar um doador entre outros familiares é quase impossível de achar alguém compatível. Então quando a gente não encontra um familiar de primeiro grau, a gente vai procurar no Banco de Medula Óssea, que tem os doadores cadastrados. Talvez se você não é compatível com um parente seu, pode ser compatível com qualquer outra pessoa. É uma situação rara, é. Mas é possível encontrar um doador.

JS: Quais cuidados o paciente com Leucemia precisa ter para garantir uma boa qualidade de vida?

DRª LUANNA NUNES: Em primeiro lugar, para ter uma boa qualidade de vida, ele precisa ter acesso ao tratamento. Sendo realizando o tratamento, o que ele mais vai precisar no momento que ele está tratando é um isolamento social, para não ser suscetível a infecções graves, porque é um paciente que é Imunossuprimido, porque usa uma medicação específica que abaixa muito a imunidade para o tratamento da doença. Nesses casos, é importante evitar contato com pessoas doentes, usar máscara quando sair de casa ou no Hospital, justamente para evitar infecções graves.

JS: Que orientação a senhora dá para as famílias que têm um parente com Leucemia?

DRª LUANNA NUNES: O diagnóstico de Leucemia é sempre uma notícia muito triste, ruim. Ninguém quer ter esse diagnóstico. Mui-

tas vezes os familiares precisam dar suporte emocional ao paciente, estar ao lado, acompanhar nas consultas, no tratamento, permanecer positivo. Procurar doadores, que os familiares sejam também receptivos a fazerem o teste para ver se são compatíveis ou não, porque pode ser a cura para aquela pessoa. E, basicamente, é o suporte emocional que a gente pode oferecer para ele.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

DRª LUANNA NUNES: A doação de Medula, o pessoal tem bastante medo, porque acha que é doloroso e vai ser algo que é impossível de fazer. Na maioria das vezes, é uma doação simples, a pessoa vai até o Banco de Sangue, cadastra. Pessoas normais ou, às vezes, já tem para quem doar, e ele vai fazer o teste para ver se é compatível com aquela pessoa num Laboratório específico, e aí caso seja compatível, a gente vai retirar a medula. Mas é diferente do exame que a gente faz, que é o Mielograma (onde é realizada uma punção com uma agulha especial, mais grossa, para perfurar o osso e alcançar a Medula Óssea para conectar uma seringa à agulha, para aspirar e coletar o material desejado), o doador não é submetido a esse procedimento. Ele tira sangue normal, o sangue da veia do braço para análise, e caso ele seja o doador, a Medula também vai ser retirada da veia do braço. Ele vai fazer uma medicação que estimula a produção das Células-Tronco. Essas células que vão para a Medula. E para doação, o doador é acoplado na máquina, parecida com uma máquina de Hemodiálise que tira o sangue dele. O sangue passa por uma máquina que retira a Medula, que são as Células Tronco e o sangue retorna para ele. É um procedimento praticamente indolor, que vai ter só a punção mesmo no braço para retirar o sangue.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



GRADUADA EM MEDICINA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, COM ESPECIALIZAÇÃO EM HEMATOLOGIA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). ATUALMENTE É MÉDICA REGULADORA DA FUNDAÇÃO ESTATAL SAÚDE DA FAMÍLIA, PROFESSORA DO CURSO DE MEDICINA DA FACULDADE SANTO AGOSTINHO – CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA

LUANNA SILVA NUNES
Médica Hematologista

Atende em Vitória da Conquista:

- Clínica AMO

Av. Otávio Santos, 227, Centro Médico Otávio Santos, 8º andar,
(71) 9913-3240/ (77) 3229-2201.

- Hospital Samur

Av. Yolando Fonseca, 480, Bairro Jurema,
(77) 2102-8400.

- Hospital IBR

Rua Góes Calmon, 235 - Centro
(77) 2101-4100

- Clínica CIN

Av. Genésio Porto, 594, Recreio
(77) 3202-5188.

Atende em Brumado

- Clínica Mais Vida

Rua Cel Paulino Chaves, 160, Centro,
(77) 3441-4500/ (77) 99989-6868.



Condenação em 1ª Instância não afasta ex-prefeito da disputa pela sucessão municipal de Paramirim

Enquanto não houver decisão transitada em julgado ex-prefeito e pré-candidato do PSD à sucessão municipal, médico Júlio Bernardo Brito Vieira Bittencourt poderá ser candidato e, se eleito, diplomado e assumir o mandato



Percival Puggina

O governo Lula, de mal a pior.

Circunstâncias especialíssimas empurraram Lula à presidência. “Circunstâncias?”, se espantará o leitor. Pois é, circunstâncias, entre elas as facultadas pelo transtorno psicológico delirante com que alguns protegeram o próprio poder e pela saudade que outros sentiam do dinheiro e dos negócios que a Lava Jato lhes tomara. Tudo se passou num período de tempo – você haverá de lembrar – em que a liberdade de expressão e a democracia começaram a ficar engraçadinhas no Brasil.

Havia, também, circunstâncias relacionadas a seus dois primeiros mandatos. Ao longo deles, Lula foi escolhido pela...

Continua na Pagina. 06



GIORLANDO LIMA

Vai ter mulher no topo da gestão municipal de Conquista em janeiro de 2025. E brancas (os homens também)

Para a eleição de prefeito, que acontece no dia 6 de outubro, quase tudo é incerteza, no caso de Vitória da Conquista. Mas, se o Brasil não entrar em guerra, outra pandemia não começar ou um meteoro não nos der o mesmo fim dos dinossauros, e a eleição se realizar, uma coisa certíssima vai decorrer dela: uma mulher terá um gabinete na prefeitura (isso se a eleita não abrir mão da posse, sabe-se lá...). Pode ser uma prefeita: Sheila Lemos (União) ou Lúcia Rocha (MDB); ou uma vice-prefeita: Luciana...

Continua na Pagina. 10



Esther Cristina Pereira

O excesso de telas e as consequências no desenvolvimento infantil

O excesso de telas tem comprometido o cérebro e a afetividade dos humanos. Essa realidade é embasada por dados e comprovada diariamente. A partir desse entendimento, é importante refletirmos sobre esse cenário. A cognição e a afetividade estão, cada vez mais, se esvaziando e ficando deficitárias para o mundo atual...

Continua na Pagina. 24 E 25